



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA

**JÉSSICA GONÇALO DE SOUSA**

**O LIVRO DIDÁTICO COMO INDICADOR DE UMA CULTURA ESCOLAR: UMA  
ANÁLISE DA OBRA “OS ESTADOS DA REPUBLICA” DE SEBASTIÃO PARANÁ**

ORIENTADORA: MARIA ADAILZA MARTINS DE ALBUQUERQUE

JOÃO PESSOA - PB

2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA

JÉSSICA GONÇALO DE SOUSA

O LIVRO DIDÁTICO COMO INDICADOR DE UMA CULTURA ESCOLAR: UMA  
ANÁLISE DA OBRA “OS ESTADOS DA REPUBLICA” DE SEBASTIÃO PARANÁ

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, na disciplina Estágio Supervisionado VIII, ministrada pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Sandra Santiago em cumprimento das exigências parciais para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

ORIENTADORA: MARIA ADAILZA MARTINS DE ALBUQUERQUE

JOÃO PESSOA - PB

2013

JÉSSICA GONÇALO DE SOUSA

O LIVRO DIDÁTICO COMO INDICADOR DE UMA CULTURA ESCOLAR: UMA  
ANÁLISE DA OBRA “OS ESTADOS DA REPUBLICA” DE SEBASTIÃO PARANÁ

Banca Examinadora

---

Profª. Dra. Maria Adailza Martins de Albuquerque  
Orientadora – UFPB

---

Ms. Joseane Abílio de Sousa Ferreira  
Co-orientadora - UFPB

---

Prof. Ms. Aldo Gonçalves de Oliveira  
CFP/UFCG - Examinador

---

Profa. Ms. Vívía de Melo Silva  
DFE/CE - Examinadora

João Pessoa - PB

2013

Aos meus pais Jozimar e Iranilda, por todo amor, dedicação e exemplo de vida.  
Ao meu esposo Marconeis Carvalho, por compreender todos os momentos em que estive ausente.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao realizar este sonho, lembro-me das pessoas que contribuíram direto e indiretamente para esta conquista. Em que cada uma delas colaborou de maneira distinta, sejam através de palavras, atitudes, conselhos e conhecimentos compartilhados.

Em primeiro lugar agradeço a Deus pelo o dom da vida, por me dá forças nos momentos em que pensei em desistir e por preencher a minha vida de maneira tão sublime.

Aos meus pais Jozimar e Iranilda, por serem as pessoas mais importantes da minha vida, que me ensinaram valores como honestidade, humildade e amor ao próximo. Por me presentear todos os dias como seu amor, carinho e dedicação. E por me ajudarem a realizar este sonho, mesmo sofrendo com a minha ausência.

Ao meu esposo Marconeis Carvalho, pelo seu amor, carinho e ombro amigo, por acreditar em mim até mesmo nos momentos em que pensei em fraquejar. A você, o meu muito obrigado, mesmo ciente de que quaisquer que sejam as palavras, jamais conseguirão expressar toda a minha admiração por ti.

Aos meus avós, Pedro, Josefa, Maria e Antônio (in memória) por me apresentarem a simplicidade e o gosto pela vida.

Aos meus tios e primos, por acreditarem em mim. Em especial a minha tia Norma Neide, que está ao meu lado em todos os momentos, dando-me forças para prosseguir. E aos primos Maria Heloisa e Pedro Ivo estes que fazem a minha alegria.

À minha orientadora Dadá Martins pelas suas orientações, que foram valiosas contribuições para o meu crescimento intelectual.

À minha Co-orientadora Joseane Abílio pelos seus conselhos, ajuda e disponibilidade; além de ser um exemplo de garra e superação.

Ao Grupo de Pesquisa, Ciência, Educação e Sociedade pelos conhecimentos compartilhados.

As colegas de pesquisa Adeni Clementino e Deusia Ângelo, que estiveram comigo desde o início desta longa caminhada.

A todos os meus colegas de graduação, que dividiram comigo as dificuldades e os encantos da vida acadêmica, em especial, Aliny Emanoela, Polliana Marques, Ingrid Biserra, Priscilla Almeida, Georgia Abrantes, Sawana Araújo, Lúcia Maria, Cledson Augusto e Valdinélia Virgulino.

Aos estudantes da Residência Universitária Feminina e Masculina da UFPB, que durante os anos de 2009 a 2012 compartilharam comigo momentos de alegria, dificuldades e de muitas aprendizagens. Que apesar das diferenças, nos igualávamos na força de vontade, na saudade que sentíamos de casa e nas alegrias da juventude. A eles a minha eterna gratidão, pelos momentos em que seguraram a minha mão, não permitindo que eu desistisse.

Ao corpo docente e discente das Escolas Municipais Aruanda e Olívio Ribeiro Campos, pela troca de experiências e oportunidade de vivenciar o cotidiano escolar.

Aos coordenadores, professores e alunos da Escola SESC Instituto Dom Úlrico, pelo apoio e confiança no meu potencial. Em especial, as amigas de hoje e sempre, Sandra Helena, Márcia Miranda e Cristina Lima.

Meus sinceros agradecimentos

*A escola é o berço da felicidade do corpo colectivo. Nada há que mais ennobreça a humanidade do que a instrução.*

(Sebastião Paraná, 1911)

## RESUMO

Nossa pesquisa busca compreender as abordagens metodológicas presentes nos livros didáticos de Geografia publicados no Brasil durante o período da Primeira República (1889 a 1930). Consideramos que este período compreende grandes embates políticos e também educacionais, que foram primordiais para o ensino de Geografia, portanto norteador para a escolha do nosso recorte temporal. No intuito de dar conta do nosso objetivo analisamos a obra *Os Estados da Republica* do autor Sebastião Paraná, com o objetivo de evidenciarmos as questões metodológicas, assim como os discursos ideológicos presentes nos conteúdos. Para tanto, recorreremos à literatura que aborda a história das disciplinas escolares enquanto uma perspectiva teórica. Partindo desta perspectiva consideramos que os saberes escolares têm certa autonomia em relação aos conhecimentos produzidos na academia, sendo esses saberes determinados pelas diversas disciplinas que constam nos currículos escolares, produtos de uma “cultura escolar”. Assim, conhecedores da relevância de se discutir questões que possam desmistificar o processo de construção do campo de história da educação, desenvolvemos um trabalho em que reconhece a importância dos livros didáticos para o referido campo, apontando a centralidade exercida pelo livro didático no cotidiano escolar.

**Palavras chaves:** livro didático, ensino de Geografia, metodologia.



## ABSTRACT

The research seeks to understand how methodology was discussed in textbooks of geography published in Brazil during the Primeira República (1889-1930). We believe this period includes major political and also educational clashes, which were crucial for the teaching of geography, and was these aspects that guided us to choose Primeira República as our time frame. In order to realize our goal we analyze the work "Os Estados ad Republica", by Sebastião Paraná, aiming to evidence methodological issues, as well as ideological discourses present in the content. For that, we turn to scientific literature addressed to the history of school subjects as a theoretical perspective. From this perspective we consider that the students knowledge have some autonomy in relation to the knowledge produced in the universities; this first kind of knowledge is determined by the several disciplines contained in the school curriculum, a "school culture" product. Thus, knowing the importance of discussing issues that may demystify the process of building the history of education field, we developed a work that recognizes the importance of textbooks for that field, pointing out the centrality exerted by the textbook in school life.

**Keywords:** textbooks; geography teaching; methodology

## SUMÁRIO

1. A ORIGEM DA PESQUISA	11
1.1 Introdução	14
2 - O LIVRO DIDÁTICO COMO FONTE DE PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	18
2.1 - Livros didáticos: algumas pesquisas no Brasil	21
2.2 - O livro como revelador de uma cultura escolar	24
2.3 - Livros Didáticos: uma proposta de análise	26
2.3.1 O Roteiro de análise	27
2.4 - Apresentação do livro a ser analisado na pesquisa <i>Os Estados da República: para estudo nos Gymnasios e nas Escolas Normais</i> , do autor Sebastião Paraná	28
3 - A HISTÓRIA DAS DISCIPLINAS ESCOLARES COMO CAMPO DE PESQUISA	30
3.1 - As contribuições de Andre Chevel e Ivor Goodson para o desenvolvimento do campo de estudo das disciplinas escolares	32
3.2 - As contribuições de André Chervel para a configuração do campo	34
3.3 - As contribuições de Ivor Goodson: uma discussão a partir da evolução das matérias escolares	36
3.4 - Trajetória da disciplina escolar Geografia no Brasil	37
3.5 A Formação dos professores de Geografia	40
4 - SEBASTIÃO PARANÁ: UM CONSTRUTOR DA EDUCAÇÃO	42
4.1 - O contexto educacional nas primeiras décadas da República	45
4.2 - Livro didático de Geografia: uma discussão sobre autoria e produção	48
4.3 Uma análise da obra	50
4.4 A metodologia: mudanças e permanências	52
4.5 - A organização dos Estados brasileiros na obra	55
4.6 Considerações sobre o Estado da Parahyba	56
4.7 - Embates políticos republicanos presentes nos conteúdos	68
Considerações Finais	60
Referências Bibliográficas	63
Anexos	65

## 1. A ORIGEM DA PESQUISA<sup>1</sup>

Ao ingressar no curso de Pedagogia na Universidade Federal da Paraíba, não detinha de nenhum interesse específico quanto a área de atuação na qual desejasse me especializar. Apenas possuía um objetivo: trabalhar na área de educação. Essa vontade em atuar no campo educacional surge ainda durante a adolescência ao observar como a minha mãe, professora de Ensino Fundamental, tratava seus alunos, num misto de carinho e dedicação.

Na graduação, ainda no primeiro período, ao cursar a disciplina História da Educação I com a professora Maria Elizete, surge o interesse pela História, que suscitou mediante as abordagens feitas pela professora. A cada aula, intensifica-se o gosto, o prazer de ler os textos e conseqüentemente a vontade de iniciar uma pesquisa na área. Como pesquisa inicial no campo, desenvolvi de forma preliminar um estudo sobre as mudanças educacionais na Paraíba em decorrência do Ato Adicional de 1834.

No entanto, ao cursar o quarto período, surgiu à oportunidade de ingressar no projeto de pesquisa de iniciação científica - PIBIC intitulado *A Província da Parayba nos livros didáticos de geografia (1870 – 1920)*, desenvolvido no período de Agosto de 2010 a julho de 2012. O referido projeto compreendia dois planos de trabalho: O primeiro, denominado *A província da Parayba nos livros didáticos de Geografia do ensino primário (1870 – 1920)* e o segundo, *A província da Parayba nos livros didáticos de Geografia do ensino secundário (1870 – 1920)*. Sendo este último, o plano de trabalho que me coube realizar. Os projetos foram orientados pela professora Dr.<sup>a</sup> Maria Adailza Martins de Albuquerque.

Nesse momento, surgem os primeiros contatos com os livros didáticos históricos, inicialmente, com os livros da biblioteca de livros didáticos do Grupo de Pesquisa Ciência, Educação e Sociedade - GPCES<sup>2</sup>. Em que começa o processo de

---

<sup>1</sup> Esta parte do texto será escrita inicialmente em primeira pessoa, em virtude de ser fruto de uma experiência muito pessoal realizada ao longo de minha vida, posteriormente, a medida que a experiência se tornou coletiva voltamos a escrever em terceira pessoa do plural.

<sup>2</sup> A biblioteca de livros didáticos do Grupo de pesquisa, ciência, educação e sociedade, esta alojada no Centro de Educação da UFPB, no GPCES - ambiente dos professores, sala 29.

reconhecimento de um livro didático, observar quais suas características, entre outros.

Simultaneamente as atividades referentes à pesquisa foram realizadas, conforme o cronograma estabelecido no projeto, outras atividades tais como leitura em grupo e individuais. Tendo em vista a necessidade de conhecermos as perspectivas teórico-metodológicas de vários autores e, também, de outros projetos, a consulta à bibliografia sobre os temas concernentes a esta pesquisa foi a primeira parte do processo. Para tanto, organizamos as leituras de duas formas: a parte individual e outra em grupo de estudos que aconteciam semanalmente.

Além das atividades teóricas desenvolvemos atividades de catalogação dos livros didáticos da biblioteca do GPCES, como também, realizamos uma consulta no banco de dados da Biblioteca de livros didáticos - LIVRES<sup>3</sup>, da Faculdade de Educação da USP. Dessa forma, a prática da catalogação nos permitiu uma compressão mais ampla sobre o livro didático como fonte histórica, tendo em vista que o processo de catalogação nos revela informações invisíveis em observações pouco sistematizadas. Assim, aprendemos a encontrar e diferenciar os sujeitos que estão envolvidos na elaboração de um livro, bem como aprendemos a identificar dados específicos e muitas vezes escondidos nas entrelinhas de um livro didático, especialmente os mais antigos, tais como autores, ano de publicação, editoras, impressão, local, edição, gravuristas, ilustrador, etc.

Com o objetivo de compreender a maneira como a província da Parayba era abordada nos livros didáticos brasileiros de Geografia do período de 1870 a 1920, recorreremos à análise dos conteúdos, expressos em forma de textos e, também das representações gráficas (tabelas e gráficos), cartográficas (mapas, cartas) e iconográficas (fotos, gravuras, pinturas, etc.). Isso nos possibilitou uma compreensão do papel da cartografia e das diversas imagens presentes nesses

---

<sup>3</sup> É um Banco de Dados de Livros Escolares brasileiros. Disponibiliza acesso a livros didáticos das diversas disciplinas escolares brasileiras do século XIX aos dias atuais, considerando a sua história e as especificidades da produção escolar. Referencia obras de diversas bibliotecas do país, caracterizando-se por ser alimentado e ampliado constantemente pelas pesquisas de uma equipe de especialistas da área, que analisam o livro didático em suas diferentes vertentes. Reúne fontes relacionadas à produção didática como legislação, programas curriculares, catálogos de editoras e bibliografia de pesquisas nacionais e internacionais sobre o tema.

livros. Sobretudo, na propagação de abordagens geográficas e pedagógicas, expressas em forma de conteúdos e metodologias direcionados ao ensino de Geografia da época. Nessa perspectiva, selecionamos seis livros didáticos de Geografia destinados ao ensino secundário brasileiro, levando em consideração o recorte histórico estabelecido para a pesquisa.

No entanto, ao analisarmos os livros didáticos, sentimos a necessidade de conhecer, de maneira mais arraigada, quem eram os autores de livros didáticos. Conhecer suas formações, a relação existente estes e suas editoras.

Esta curiosidade nos possibilitou fazer indagações e apoiadas nesta origem-se o projeto *Livros Didáticos de Geografia: Autores e Editoras (século XIX e meados do século XX)* em outra pesquisa de iniciação científica. Assim, com dois planos de trabalho: 1- *Autores e Editoras de Livros Didáticos de Geografia no Império*, e o plano 2 - *Autores e Editoras de Livros Didáticos de Geografia na República*. Com o objetivo de expandir nossas investigações acerca da participação dos autores e das editoras na produção dos livros didáticos de Geografia em dois contextos diferentes, este projeto foi aprovado pelo CNPq e desenvolvido entre o ano de 2011 e 2012; os resultados foram apresentados em agosto de 2012.

Neste projeto nos responsabilizamos pelo Plano de trabalho 2 - *Autores e Editoras de Livros Didáticos de Geografia na República*.

Foi a partir dessa trajetória acadêmica que despertei o nosso interesse em abordar, neste trabalho monográfico, as metodologias didáticas expressas na obra *Os Estados da República*, de Sebastião Paraná, o qual, reúne as abordagens metodológicas dos conteúdos presentes no primeiro projeto do PIBIC: *A província da Parayba nos livros didáticos de Geografia do ensino secundário (1870 – 1920)*, assim como os debates republicanos e ideológicos presentes na Primeira República, evidenciados no segundo projeto: *Autores e Editoras de Livros Didáticos de Geografia na República*.

Como dito inicialmente, a escolha investigativa proposta para este trabalho é fruto de pesquisas realizadas durante a participação nos referidos projetos de pesquisas. Nos quais buscamos relacionar os debates políticos e ideológicos com as metodologias presentes nos conteúdos das obras analisadas. Com isso, evidenciamos as características da Geografia escolar em uma determinada época, sob a ótica da história das disciplinas escolares.

## 1.1 – Introdução

O presente trabalho intitulado *O livro didático como revelador de metodologia escolar: uma análise da obra Os Estados da República de Sebastião Paraná*, apresenta uma discussão acerca da metodologia empregada no livro didático, que pode ser evidenciada pela maneira como os conteúdos são abordados. Nesse contexto, identificar as metodologias nos possibilita compreender como a disciplina escolar Geografia era abordada na escola, no período da Primeira República (1889 a 1930).

Dessa forma, consideramos que o trabalho com os manuais escolares constitui-se de uma pesquisa ímpar, pois atua em dimensões duplas, já que ele exerce tanto o papel de objeto de estudo, quanto de fontes para análises.

No Brasil, as pesquisas sobre livros didáticos<sup>4</sup> foram estimuladas pelo o trabalho de Circe Bittencourt (1993) que impulsionou uma ampla produção sobre estes. A referida autora apresenta novas abordagens, que vão além dos embates políticos e ideológicos presentes nos livros. Sob uma perspectiva cultural ela aborda a importância das disciplinas escolares e o livro didático como difusores de uma cultura escolar<sup>5</sup>.

Partindo de tais pressupostos, nossas análises buscam evidenciar a metodologia<sup>6</sup> presente no livro didático *Os Estados da República: para estudo nos*

---

<sup>4</sup> O livro didático recebe essa denominação a partir da Lei de 30 de dezembro de 1938. De acordo com essa lei, passam a serem considerados como Livros didáticos, os compêndios e os livros de leitura utilizados em classe. No entanto, durante o texto serão apresentadas nomenclaturas como manuais didáticos, compêndios, entre outros. Obedecendo a nomenclatura de época abordada.

<sup>5</sup> Para Julia apud Valdemarim e Sousa (2000, p. 6), “a cultura escolar compreende um conjunto de normas que definem saberes a ensinar e condutas à inculcar e um conjunto de práticas que permitem transmissão desses saberes e a incorporação desses comportamentos, normas e práticas ordenadas de acordo com finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização)”

<sup>6</sup> Compreendemos como metodologia, um conjunto de métodos de ensino que tem como finalidade desenvolver a qualidade da aprendizagem.

*Gymnasios e nas Escolas Normais* publicado em 1911, com autoria de Sebastião Paraná.

O livro didático desempenha um papel central em nossas análises, pois é nele que tentamos identificar a metodologia dos conteúdos, a presença dos discursos nacionalistas republicanos, bem como a trajetória da Geografia escolar, temas essenciais para esta pesquisa.

Compreendemos que o livro didático pode ser identificado como um objeto que permite desvendar indícios de uma cultura escolar. Segundo Corrêa (2000, p. 19):

O livro escolar, ao fazer parte da cultura da escola, não integra essa cultura arbitrariamente. É organizado, veiculado e utilizado com uma intencionalidade, já que é portador de uma dimensão da cultura social mais ampla. Por isso, esse tipo de material serve como instrumento, por excelência, da análise sobre a “mediação” que a escola realiza entre a sociedade e os sujeito sem formação, o que significa interpretar parte de sua função social

Logo, o livro didático pode ser utilizado como fonte de pesquisa, pois é neste recurso didático que podem estar incumbidos de características e concepções de uma sociedade a qual se deseja em um dado período histórico. Segundo Caimi (1999) os livros didáticos ultrapassam as questões didáticas e apresentam também implicações políticas, econômicas e ideológicas. Para este autor (idem):

O autor de livros didáticos, assim como o historiador, faz opções entre diferentes temas, periodizações, fontes, métodos, etc., os quais são condicionados pela época em que vivem, pelo seu lugar social, pela sua visão de mundo. Não há pois, absoluta neutralidade e objetividade; ainda que se esforcem para evitar a parcialidade e objetividade; não há como se desvencilhar totalmente desses condicionamentos. (p.43)

Nesse contexto, entendemos o livro didático como um produto produzido socialmente, que propositalmente ou não, perpassam formas de pensar, configurando-se em tradições culturais.

No entanto, é importante ressaltar que a utilização do livro didático como fonte de pesquisa em História da Educação, é fruto de uma mudança cultural. Pois, durante muito tempo a História se consolidou com base nos grandes acontecimentos e fatos políticos, uma História política na qual a educação aparecia atrelada a marcos políticos. Segundo Burke (2005, p. 48) nas ultimas décadas:

[...] ocorreu um deslocamento gradual no uso do termo pelos historiadores. Antes empregado para se referir à alta cultura, ele agora inclui também a cultura cotidiana, ou seja, costumes, valores e modos de vida. Em outras palavras, os historiadores se aproximaram da visão de cultura dos antropólogos”

Nessa perspectiva cultural emergem o alargamento das fontes, as quais não necessariamente precisam ser fontes oficiais, mas cotidianas, como por exemplo, o livro didático. Sabemos também que as fontes podem ser organizadas a partir de marcos políticos, como fazemos nesta nossa pesquisa, pois o nosso recorte é apoiado em um marco político, entretanto, nossas fontes e temática não foram organizados a partir dessa perspectiva.

Ainda de acordo como Burke (2005) a história cultural foi descoberta na década de 1970. Desde então, os historiadores culturais veem fazendo uma renovação no campo acadêmico, em que a ênfase das suas pesquisas consiste nos interesses e tradições compartilhadas.

Segundo Burke (2005) as abordagens e discussões teóricas no campo da história cultural, emergiram mediante o intermédio de uma “virada cultural”, em que as análises políticas, econômicas e sociais aproximaram-se dos temas culturais. Logo, é a partir dessa perspectiva que o livro didático passa ser considerado como fonte de investigação.

Como dissemos anteriormente, em nossas investigações o livro didático possui uma importância singular, pois consideramos esse material didático como viabilizador da compreensão da cultura escolar. Para tanto, analisamos a forma como os conteúdos são abordados na busca de percebermos as mudanças e permanências nas metodologias em um período marcado por mudanças políticas, educacionais, sociais e culturais.

Desde as últimas décadas do século XIX, os movimentos a favor da renovação pedagógica e da prática escolar estavam sintonizados com o novo modelo de sociedade. Este foi fruto das mudanças no desenvolvimento científico, no movimento de urbanização, no surgimento de novas profissões e na consolidação do capitalismo, assim como na ampliação das participações políticas e democráticas (VEIGA, 2007)

O contexto educacional das primeiras décadas do século XX, foi marcado por debates escolanovistas, iniciados pelas ideias do Norte Americano John Dewey, que



defendia um modelo educacional que preparasse o sujeito para a vida em sociedade. Logo, para Dewey a função da escola seria de propiciar uma reconstrução permanente da experiência e da aprendizagem dentro de sua vida. Dessa forma, a educação assumiria um caráter democratizador visando igualar as oportunidades e direitos perante a lei. Conhecemos as críticas feitas às ideias desse autor e o que estava por traz dos projetos educacionais implementados no Brasil, com base no escolanovismo, suas vinculações políticas e teóricas. Entretanto, não entraremos neste debate, tendo em vista os limites deste trabalho.

Mediante os debates educacionais sobre esse movimento, pode-se destacar alguns temas fundamentais, como o surgimento de procedimentos didáticos centrados na criança, esta que até então era compreendida como um adulto em miniatura. Ênfase nas aprendizagens desenvolvidas mediante as atividades, as quais envolviam a socialização, motivação, como também uma forte crítica as metodologias tradicionais.

Nesse sentido, o ensino passa a assumir um caráter de formação emergente, com ênfase no trabalho individual, que desenvolva as competências para um modelo industrial. O que difere das propostas educacionais do século XIX, na quais o ensino centrava-se nas humanidades, com características enciclopédicas e com ênfase na memorização.

Com base em tais pressupostos, em que o ensino passa a ser considerado como suporte ideológico para formar novos cidadãos para o novo modelo de sociedade urbano, os discursos escolanovistas compreendiam o sujeito como o centro do processo educacional.

Buscamos compreender como a metodologia estava presente nos livros didáticos de Geografia, assim como perceber se tais discussões sobre as novas concepções de ensino, estavam postas para a abordagem dos conteúdos desses livros, como também, perceber se os discursos republicanos de cunho ideológico e nacionalista estavam preconizados na obra analisada.

Dessa forma, organizamos este trabalho com o seguinte percurso: no primeiro capítulo, abordaremos o livro didático sob uma perspectiva histórica, este que além de atuar como objeto de estudo, exerce o papel de fonte em nossas investigações. O segundo capítulo, compreenderá o aporte teórico, no qual abordaremos a história das disciplinas escolares, como peça fundamental no processo de escolarização,

assim como a trajetória escolar da Geografia. Finalmente, o terceiro e último capítulo, apresenta uma análise da obra *Os Estados da Republica*, de Sebastião Paraná.

## **2 - O LIVRO DIDÁTICO COMO FONTE DE PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO**

Os livros didáticos cada vez mais são considerados como um dos instrumentos pedagógicos mais utilizados pelos professores no cotidiano escolar. Dessa forma, a complexidade e domínio desse recurso empregado nas salas de aula despertaram em alguns pesquisadores o interesse em analisá-los como fonte de pesquisa em História da Educação, em que cada investigador busca enveredar em suas inquietações a partir de distintas perspectivas (BITTENCOURT, 2004).

Dessa forma, compreendemos que as pesquisas históricas que utilizam o livro didático como fonte de pesquisa devem priorizar a educação escolar em seu tempo (FERREIRA, 2012). Nesse sentido, se faz necessário pensar que a construção histórica se produz mediante não apenas na tarefa de interpretar os fatos ou acontecimentos, mas também, em desvelar aspectos de caráter político, social, econômico e cultural que não aparecem explicitamente ao longo da história.

Nesse sentido, a *École dos Annales*, fundada por Lucien Febvre e Marc Bloch em 1929, propunha-se a ir além da visão positivista da história que se detinha a narrativa dos acontecimentos. Substituindo o tempo breve da história pelos processos de longa duração, com o objetivo de tornar compreensíveis a cultura e as mentalidades. Este viés mais conservador, combatido pelos teóricos da *École dos Annales*, também foi o aporte teórico da História da Educação, que por muito tempo limitava-se aos fatos históricos como prontos e imutáveis, dispensando a compreensão crítica dos acontecimentos.

Contrário a perspectiva de fazer um estudo historiográfico com base apenas nos grandes acontecimentos, Burke (1992) salienta a possibilidade de reler o passado na busca de construir uma nova História, focando suas

análises não mais nas mudanças ou avanços, mais na preocupação de enfatizar as permanências e de lançar novos olhares sob a História.

No Brasil, os debates gerados sobre os livros didáticos só foram iniciados nos últimos dez anos e cada vez mais vem tomando maiores proporções (ALBUQUERQUE, 2011). Até então, os livros didáticos eram considerados “desperdício social”, desprestigiando assim o trabalho do pesquisador que ousasse utilizá-lo em suas análises (BATISTA, 2000).

Segundo Munakata (2003) o desprestígio dos livros didáticos no Brasil, foram sobredeterminados pelo período militar, que teve início nos anos de 1964. Dessa forma, com a imposição de novas propostas educacionais que, juntamente com a modernização editorial, começava a produzir em larga escala o livro didático, surgiram novas formas de diagramação de textos, utilização gráfica e ilustrações, assim como novas modalidades de atividades. Além disso, os livros didáticos no contexto militar serviam como artifícios da indústria cultural, seguindo um caráter “modernizador”, com conteúdos restrito e empobrecido. Dessa forma, a utilização do livro didático no período militar, para parte dos pesquisadores e para uma parte dos professores, equivalia a colaborar como a ditadura.

Entretanto, a crítica ao livro didático tornou-se uma trincheira em oposição à ditadura (MUNAKATA, 2003). Logo, se expandiram discursos conclamando aos professores o abandono do livro didático, em busca de uma educação mais reflexiva. Diante disso, os professores que adotavam livros didáticos eram desclassificados, considerados como profissionais com má formação. Outra crítica que se faziam aos livros era o caráter apologético e anticientífico; ou seja, que tais livros faziam apologias ao regime militar, assim como se evidenciava a presença de erros conceituais e até ortográficos, além daqueles referentes aos conteúdos.

Além dessa crítica feita aos livros didáticos, outra vertente de pesquisadores, a partir de meados dos anos de 1980, passou a considerar a materialidade do livro didático, abordando-o como mercadoria e objeto cultural.

Dessa forma, compreender o livro como mercadoria implica em reconhecer o processo de produção capitalista, que visa lucro e é consolidado mediante os procedimentos da indústria cultural. Logo, não se pode abstrair que o livro didático é uma mercadoria produzida para o mercado, destinada a um mercado específico, que é a escola.

No entanto, é importante salientar que a materialidade, é algo além do conhecimento “material” do livro, como número de páginas, tamanho do livro, etc., mas abrange o conhecimento do processo de produção, circulação e consumo, como afirma Munakata (2012).

Segundo Magalhães (1999, p.279) o manual escolar tem uma materialidade com:

[...] técnicas e materiais de fabrico e reprodução, processo e percurso produtivos, um comércio como mercadoria e produto manufaturado, trocado, vendido, transportado, oferecido – pelo que uma abordagem a partir da história econômica, revela uma multiplicidade de dimensões.

Logo, essas atividades que fazem parte do processo de produção, são altamente diversificadas, com etapas diferenciadas que executam atividades específicas. Tendo como objetivo produzir uma mercadoria que seja consumida em larga escala.

No entanto, para atender as expectativas do mercado, faz-se necessário que o livro didático, como objeto cultural e intrinsecamente relacionado a escola, incluía questões educacionais, como metodologia e conteúdos, atividades/exercícios, assim como adéqua-se ao currículo escolar. Dessa forma, a produção de um livro didático envolve uma serie de profissionais que desempenham funções específicas, são estes: autores, editores de arte, iconográficos, assessores, pesquisadores, cartógrafos, etc. Essa inclusão de novos sujeitos na elaboração do livro exhibe uma preocupação maior que diz respeito a educação escolar.

A respeito disso, podemos colocar que assim como o estudo sobre as posições apologéticas e aquelas que apontam a materialidade dos livros didáticos; os usos desses também se constituem como um ramo de investigação, ainda pouco explorado por pesquisadores.

A pesquisa que evidencia os usos dos livros didáticos busca ratificar a variedade de emprego deste suporte material entre professores, a escolha realizada pelo educador na adoção de um livro, assim como as práticas empregadas pelo educador na utilização do livro didático. Logo, esse tema se constitui como análise crucial para se compreender o livro como suporte material de práticas escolares, tendo em vista que este deve adequar-se a escola, que como mercado, é quem determina os usos específicos do livro.

Segundo Choppin (2004) são diversas as funções que o livro didático assume na escola, podendo ser: referencial, instrumental, ideológica cultural e documental.

A função referencial compreende o livro como uma tradução do programa curricular, contendo o programa da disciplina e uma interpretação deste. No entanto, a função instrumental, apresenta no livro a prática dos métodos, com os exercícios e atividades pertinentes a disciplina.

Outra função é a ideológica e cultural, que de acordo com Choppin (2004) os livros didáticos são um instrumento privilegiado de construção de identidades, é nesse suporte material que são imbricados valores da língua, culturas de uma classe dirigente.

Por fim, a função documental, que compõe um conjunto de documentos textuais e icônicos, “cuja observação ou confrontação podem vir a desenvolver o espírito crítico do aluno” (CHOPPIN, 2004, p. 553).

Os estudos históricos sobre livros didáticos têm revelado a sua fertilidade, organizados basicamente em duas ordens (MUNAKATA, 2003). A primeira refere-se à história do livro e da leitura, que estuda a memória do livro, os modelos de livros escolares de leitura que foram marcantes, a trajetória das edições, entre outros.

No entanto, a segunda ordem diz respeito à história das disciplinas escolares, é nessa vertente que se mantém a pesquisa sobre livro didático, inaugurada no Brasil por Circe Bittencourt (1993), que realiza um estudo clássico sobre livros didáticos de História. Vale salientar que tanto uma vertente quanto a outra, permite que o estudo sobre livro didático investigue os indícios de seus usos, assim como aspectos das práticas escolares.

## **2.1 - Livros didáticos: algumas pesquisas no Brasil**

No Brasil, o trabalho de Circe Bittencourt (1993) impulsionou uma ampla produção de pesquisas sobre livros didáticos, indicando um crescimento das pesquisas nas últimas duas décadas. Tal alargamento no campo deve-se em especial, ao fato dessa autora inovar em suas abordagens, apresentando temas que discutiam além da ideologia presente nos livros, às reflexões sobre as diversas

formas de utilização desses, política pública educacional, além de abordar o livro como dispositivo essencial do saber e da cultura escolar e sua importância como suporte das disciplinas escolares.

Além disso, antes da apresentação da tese de Bittencourt (1993) intitulada *Livro didático e conhecimento histórico: uma História do saber escolar*<sup>7</sup>, os trabalhos publicados sobre livros didáticos entre os anos de 1970 e 1980, não passavam de 50 títulos (MUNAKATA, 2012).

A partir do trabalho de Bittencourt (1993) o número de pesquisas sobre material didático tem se ampliado gradualmente. Segundo Munakata (2012) o resultado desse crescimento, resultou em 800 trabalhos sobre livros didáticos produzidos de 2001 a 2011.

É importante salientar que essa renovação de problemáticas dos pesquisadores de livros didáticos brasileiros, resultou das influências e ideias de autores como Chartier (1990) que discute as práticas e representações, sobretudo, no que se refere às práticas de leitura e escrita. Além de autores como Chervel (1990) e Goodson (1995) que discutem a história das disciplinas escolares, currículo, cultura escolar e história cultural a partir da vertente da Nova Sociologia do Currículo.

É com base em tais autores que Bittencourt (1993) tece uma discussão sobre a importância do livro didático como revelador de uma metodologia escolar, já que a partir desse recurso material de ensino pode-se analisar os conteúdos, as metodologias adotadas pelos autores, a ideologia presente nas obras didáticas, o contexto histórico, entre outros.

Segundo Bittencourt (2004) os livros didáticos são os instrumentos de trabalho mais usados na “tradição escolar”, presentes no cotidiano escolar há pelo menos dois séculos, e “Trata-se de um objeto cultural de difícil definição, mas, pela familiaridade de uso é possível identificá-lo, diferenciando-o de outros livros” (BITTENCOURT, 2004, p.299).

Ainda segundo a mesma autora, a familiaridade com os usos de livros didáticos:

---

<sup>7</sup> A tese de doutorado de Bittencourt (1993) foi publicada como livro pela Editora Autêntica em 2008. O livro é intitulado como *Livro Didático e Saber Escolar (1810 -1910)*.

[...] faz com que seja fácil identificá-lo e estabelecer distinções entre ele e os demais livros. Entretanto, trata-se de objeto cultural de difícil definição, por ser obra bastante complexa, que se caracteriza pela interferência de vários sujeitos em sua produção, circulação e consumo. Possui ou pode assumir funções diferentes, dependendo das condições, do lugar e do momento em que é produzido e utilizado nas diferentes situações escolares. (BITTENCOURT, 2004, p. 301).

Nesse sentido, Oliveira (2009) com o objetivo de conceituar livro didático, salienta que a definição presente nos dicionários de Língua Portuguesa, não é satisfatória, pois os livros didáticos são algo além de folhas impressas reunidas em volume encadernado, com a finalidade de instruir.

Oliveira (2009) ainda ressalta que o livro didático, tem como suporte o papel, que se difere de textos eletrônicos, tendo em vista que é escrito de forma linear e sequencial. Ainda segundo o autor, outra característica significativa do livro didático, é maneira como o mesmo é organizado e planejado para uso em situações didáticas.

Livro didático é, portanto, um artefato impresso em papel, que veicula imagens e textos em formato linear e sequencial, planejado, organizado e produzido especificamente para uso em situações didáticas, envolvendo predominantemente alunos e professores, e que tem a função de transmitir saberes circunscritos a uma disciplina escolar. (Oliveira, 2009, p.14).

Discordamos deste autor ao entender que o livro didático somente pode ser assim considerado na sua versão impressa, tendo em vista que nos dias atuais os livros virtuais tem sido uma constante entre as publicações das editoras, até porque o Governo Federal assim o exige, para os próximos programas do Livro Didático – PNLD.

Diante do exposto entendemos que o livro didático pode trazer as práticas escolares e, a partir das marcas de leitura<sup>8</sup> é mesmo possível identificar parte de seus usos. Além disso, ele pode disseminar processos de aprendizagem, difundir o currículo oficial e orientar os processos de ensino.

---

<sup>8</sup> É entendido por marcas de leituras, todo e qualquer tipo de rabisco, traço ou anotações gerais encontrados no 'corpo' do livro, que possam indicar o uso deste por algum aluno, professor ou um leitor qualquer.

Além das práticas disseminadas pelo livro didático, Bittencourt (2004) coloca que livro didático é um objeto de “múltiplas facetas”, e para sua elaboração e uso existem muitas interferências. Dessa forma, a autora ressalta quatro aspectos que constitui o livro didático, a saber: como mercadoria, suporte de conhecimentos escolares, suporte de métodos pedagógicos e veículo de um sistema de valores.

No que se refere ao livro didático como mercadoria, a autora considera a dimensão material, por este recurso didático estar ligado a um mercado capitalista, unido a uma indústria cultural.

Sobre o livro didático atuar como suporte de conhecimentos escolares, Bittencourt (2004) faz uma ressalva às propostas educacionais, em que são sugeridos os conhecimentos a serem difundidos nos livros. Essa particularidade faz com que o Estado esteja sempre envolvido nas exigências feitas aos livros, que “interfere indiretamente na elaboração dos conteúdos escolares veiculados por ele e posteriormente estabelece critérios para avaliá-lo” (BITTENCOURT, 2004, p. 301). Essa avaliação segue em sua maioria, os pressupostos dos currículos escolares. Assim, como os conteúdos desenvolvidos em forma de textos didáticos, o livro torna-se um instrumento na difusão dos saberes escolares.

O livro didático, além de evidenciar os conteúdos, também se configura como um suporte de métodos pedagógicos, pois contém em seu interior, atividades, exercícios, sugestões de leituras, etc. Essa associação de conteúdos e métodos de avaliação evidencia sua importância na construção da disciplina escolar (FERREIRA, 2012).

Assim como as dimensões técnicas e pedagógicas, o livro didático ainda precisa ser entendido como veículo de um sistema de valores. Com ideologias, cultura de época e de uma determinada sociedade (BITTENCOURT, 2004). Logo, é a complexidade do livro didático que nos fornece indícios, que ajudam a compreender os debates e críticas, das quais os livros tem sido alvo.

Dessa forma, é mediante a tais possibilidades de pesquisa, que compreendemos o livro didático como revelador de metodologias, conhecimentos escolares, assim como as ideologias de um dado período histórico.

## **2. 2 - O livro como revelador de uma cultura escolar**



O livro escolar além de atuar como um suporte material para o ensino também pode ser considerado como um objeto cultural; pois, atua como um “portador e revelador da cultura escolar” (CORRÊA, 2000, 7). Como um documento de um dado período histórico da sociedade.

Para Souza e Valdemarin (2000) a cultura escolar é um conjunto de práticas escolares cotidianas; o desenvolvimento do currículo; a construção do conhecimento escolar; a organização de professores e alunos que tentem a compreender um processo educacional que introduz as novas gerações um sistema de valores que lhes são precedentes. Seguindo essa perspectiva, o termo cultura escolar amplia sua potencialidade de temas para pesquisa, com uma abordagem aglutinadora, especialmente no campo da História da Educação.

Segundo Chervel (1990) a escola concede à sociedade uma cultura composta de duas vertentes. A primeira diz respeito aos programas oficiais que especificam a finalidade educativa. E a segunda, diz respeito aos resultados efetivos decorrentes da ação da escola, que não estão inscritos nos programas, ou seja, as práticas educativas para a transmissão do conhecimento, as metodologias utilizadas, as experiências de aprendizagem vividas pelos alunos, os planos pedagógicos elaborados pelos educadores. Dessa forma, de acordo com o autor a cultura escolar é algo que se origina e difundi-se na escola.

A partir de tais conceitos sobre cultura escolar, que compreendem o termo como um conjunto de práticas escolares, pode-se observar a amplitude de perspectivas que podem ser investigadas.

Para este trabalho monográfico analisamos o livro didático como fonte privilegiada para o entendimento do termo cultura escolar. Visto que o livro didático, utilizado como fonte em História da Educação pode nos indicar os componentes curriculares, as metodologias dos conteúdos, além dos valores e normas de um dado período histórico.

É partindo desses pressupostos que consideramos a complexidade inerente ao livro didático como portador de novos conhecimentos, visto que é a partir dele que podemos compreender os debates e as críticas a que este recurso didático tem sido submetido. Contudo, a utilização do livro como objeto de análise nos possibilita

a compreensão dos valores morais, sociais, étnicos, patrióticos, etc. Além de nos fornecer um ramo de investigação que nos permita o pensamento histórico sobre as metodologias educativas adotadas nas escolas ao longo do tempo. Nesta perspectiva, Corrêa (2000, p. 13) afirma que:

Do ponto de vista das instituições escolares, sua contribuição está em, concomitantemente a outras fontes, possibilitar entender a instituição escolar por dentro, já que esse tipo de material é portador de parte dos conteúdos do currículo escolar naquilo que diz respeito ao conhecimento.

Como se pode concluir da citação o estudo dos manuais escolares pode nos levar a perceber as transformações e permanências das disciplinas e conteúdos escolares, decorrente de uma alteração nos currículos que concomitantemente modificaram-se pela influência de seus governantes ao traçarem novos ramos para a educação, modificado pela influencias sofridas no contexto social. Para Corrêa (2000, p. 19).

O livro escolar, ao fazer parte da cultura da escola, não integra essa cultura arbitrariamente. É organizado, veiculado e utilizado com uma intencionalidade, já que é portador de uma dimensão da cultura social mais ampla.

Dessa forma, esse material convém como um instrumento de análise, podendo propiciar a mediação entre a sociedade e os indivíduos envolvidos no processo educacional, atuando como um agente para a formação social dos sujeitos.

Segundo Bittencourt (2008) as concepções a respeito da elaboração dos livros didáticos estão intimamente relacionadas ao poder instituído pelo Estado Nacional, que incumbe suas ideias e propósitos na organização e no controle desses manuais didáticos. Logo o currículo escolar é possuidor de uma função social, as quais podem transmitir finalidades positivas ou negativas como elemento dessa inter-relação entre a escola e a sociedade.

### **2.3 - Livros Didáticos: uma proposta de análise**

O trabalho com os manuais escolares constitui-se de uma pesquisa singular, pois atua em dimensões duplas, já que ele exerce tanto o papel de objeto de estudo, quanto de fonte de investigação.

Segundo Magalhães (1999) o manual escolar contém informações e interpretações de uma cultura e de um imaginário. Assim como processos de escolarização, metas e práticas educativas.

É partindo de tais pressupostos, que em nossa pesquisa, o livro didático desempenha o papel central quanto as nossas análises, é nele que tentamos identificar as abordagens metodológicas utilizadas pelo autor, bem como a ênfase nos conteúdos.

Em linhas gerais, buscamos identificar o contexto histórico e político da época, e assim compreendermos a ênfase dada aos conteúdos presentes na obra que será analisada. A partir da leitura da obra, identificamos a relação entre o autor e a disciplina Geografia; a metodologia utilizada na abordagem dos conteúdos; a utilização de recursos icnográficos como mapas, figuras, gráficos; a existência de exercícios e como estes se configuravam. Na busca de compreendermos questões relacionadas ao cotidiano escolar.

Em nossas análises procuramos dá ênfase aos conteúdos, partindo da perspectiva de que estes podem evidenciar “a articulação entre as informações e aprendizagem” (BITTENCOURT, 2004, p. 314). Tendo em vista que, a análise do discurso não pode ser dissociada da análise dos conteúdos, pois fazem parte de uma tendência histórica. Além dos conteúdos, a análise das atividades nos fornece indícios da qualidade do texto, no que se refere aos aspectos pedagógicos, que incidirão na aprendizagem do aluno.

Com base em tais objetivos, elaboramos um roteiro para análise da obra Os Estados da Republica: para estudo nos Gymnasios e nas Escolas Normais, do autor Sebastião Paraná. O roteiro compreenderá aspectos pedagógicos e os relacionados ao contexto histórico.

### **2.3.1 O Roteiro de análise**

O roteiro utilizado para nossas análises compreenderá oito itens, os quais abrangem o contexto histórico, vida e obra do autor Sebastião Paraná, análises pedagógicas dos conteúdos, além da forma como o autor aborda os debates políticos na obra.

1. Analisar o contexto histórico e educacional nas primeiras décadas da República;
2. Fazer uma leitura de toda a obra (capa a capa);
3. Elaborar uma breve biografia do autor;
4. Analisar o método utilizado pelo autor para a obra
5. Aporte pedagógico a que recorre o autor;
6. Observar se há exercícios e como são;
7. Observar se há marcas de leitura e o que dizem;
8. Analisar os conteúdos que tratam dos estados brasileiros, relacionando-os com a constituição do Estado Nacional.

Como critério para a escolha da obra, consideramos três pontos relevantes: a influência do autor Sebastião Paraná nos debates políticos favoráveis a República; a exibição nos conteúdos das leis e decretos que promulgaram a República; além da metodologia dos conteúdos, com a apresentação de textos corridos, tabelas com dados atuais a época de publicação da obra.

Dessa forma, apresentaremos a seguir as principais características da obra analisada.

#### **2.4 - Apresentação do livro a ser analisado na pesquisa *Os Estados da República: para estudo nos Gymnasios e nas Escolas Normais*, do autor Sebastião Paraná**

A obra *Os Estados da Republica* é destinada aos estudos nos Gymnasios e nas Escolas Normaes, foi Editado por Buzetti- Mori & Filhos, em Curitiba, no ano de 1911. O livro contém 485 páginas, o estado de conservação é bom.

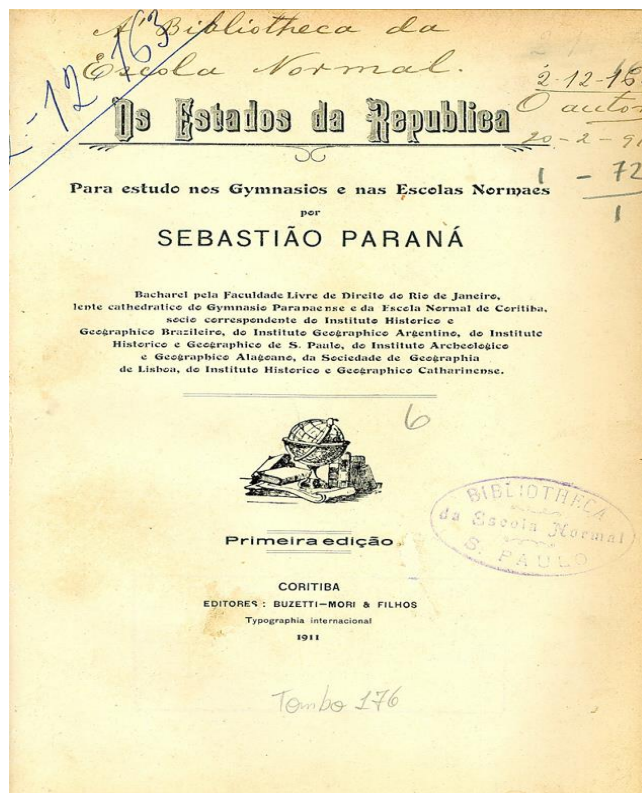


Figura 1. Capa do livro **Os Estados da Republica**, de Sebastião Paraná, em Curitiba, 1911. Localização da obra: Biblioteca LIVRES na USP - SP.

Sebastião Paraná foi Bacharel em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito, do Rio de Janeiro e educador que dedica-se “a formação da juventude estudiosa”.

É importante salientar que nossa pesquisa se insere na perspectiva da história das disciplinas escolares, que pode aludir uma amplitude de olhares e ramos de investigação. E que de fato o livro didático, muito além de elementos utilizados na transmissão de conhecimentos, se configura em um celeiro de informações acerca das metodologias, práticas educativas e na compreensão das discussões disseminadas no contexto histórico estudado.

Dessa forma, apresentamos a seguir as discussões que norteiam nossas investigações a cerca da disciplina escolar Geografia, assim como o perfil dos professores que ministravam essa disciplina nas primeiras décadas da República.

### 3 - A HISTÓRIA DAS DISCIPLINAS ESCOLARES COMO CAMPO DE PESQUISA

A “nova sociologia da educação” é uma área da [sociologia](#) que estuda os processos educacionais de socialização. Este campo de conhecimento oportuniza aos seus pesquisadores a compreensão de que a educação se concretiza em meio ao contexto social, que por sua vez, também é resultante da educação.

Partindo dessa perspectiva a “nova sociologia da educação” deu origem a diversos campos de pesquisa, incluindo a história das disciplinas escolares. Logo, as pesquisas desenvolvidas neste ramo de investigação, objetivam explicar as transformações ocorridas em uma disciplina ao longo de sua trajetória histórica. Dessa forma, é possível identificar os fatores que estão diretamente relacionados às mudanças sofridas nos conteúdos e métodos de ensino.

Segundo Rocha (1996) um dos objetivos mais importantes deste tipo de pesquisa é o oferecimento de explicações, em que se pode identificar o motivo de um conhecimento a ser ensinado nas escolas em determinado momento, bem como a razão da conservação ou alterações dos conteúdos ao longo do tempo. Dessa maneira, as pesquisas referentes à história das disciplinas escolares têm confirmado a relação existente entre os fatores internos e externos à escola, sendo estes, os acontecimentos que norteiam a sociedade como um todo, influenciando os saberes difundidos pelas diferentes disciplinas escolares.

Além disso, é importante salientar no estudo sobre a história das disciplinas escolares o fato dessas se constituírem historicamente e não como algo imutável. No entanto, “o que ocorre verdadeiramente é que sob o mesmo rótulo, isto é sob a mesma denominação, diferentes conteúdos são ensinados ao longo do tempo” (ROCHA, 1996, p.69). Porém, se analisarmos detalhadamente os conteúdos, percebemos algumas mudanças. Assim, o estudo das modificações sofridas nos conteúdos se configura como uma tarefa primordial nos estudiosos desse ramo de investigação, que buscam contribuir para a história destes construtos sociais.

Entretanto, para que o pesquisador enverede no campo da história das disciplinas escolares é imprescindível que se tenha a noção de “disciplina” aplicada ao ensino. Os termos atribuídos como sinônimos a palavra disciplina, são “matérias” ou “conteúdos” de ensino. Logo, não condizem com o seu conceito de disciplina que “é aquilo que se ensina e ponto final”, servem apenas para encobrir o uso banal o termo (CHERVEL,1990, p.177).

No final século XIX o termo disciplina e a expressão disciplina escolar eram compreendidos como vigilância dos estabelecimentos, e a repressão das consultas prejudiciais à boa ordem (CHERVEL, 1990). Não havia nesse contexto um termo oficial que designasse os níveis de ensino, mas havia algumas expressões como objetos, partes, ramos ou matérias de ensino.

Somente a partir do século XX é que o termo disciplina terá um novo sentido, o qual preencherá a lacuna deixada, tornando-se um termo genérico tanto para o ensino primário quanto para o secundário. Assim, a palavra disciplina tem como origem o latim e indica “a instrução que o aluno recebe do mestre” (CHERVEL, 1990).

Logo, essa concepção da palavra disciplina é difundida por uma corrente de pensamento pedagógico que se manifesta no século XX, cujo termo disciplina se propaga como sinônimo de ginástica intelectual. Dessa forma, a partir do entendimento da expressão de disciplina associado à ideia de disciplinar a inteligência das crianças, surge a necessidade de uma nova ciência, a Pedagogia, que tinha como propósito convir como uma matéria suscetível de exercícios intelectuais.

A Pedagogia surge para o ensino primário em 1880 e, no ensino secundário esse processo ocorre tardiamente. Isso se deve ao fato das Universidades compreenderem que para formar os espíritos não seria necessário mais do que uma disciplina, apenas as humanidades clássicas.

Após a primeira Guerra Mundial, o termo disciplina começa a perder o sentido atribuído ao longo do tempo que era de disciplinar os espíritos, no entanto, a denominação passa com o tempo a assumir uma rubrica para classificar as matérias de ensino. Entretanto, apesar de atualmente o termo disciplina esta atenuado em nosso vocabulário, não se rompeu a aproximação entre disciplina e o verbo disciplinar. Para Chervel (1990, p. 180)

Uma “disciplina”, é igualmente, para nós, em qualquer campo que se a encontre, um modo de disciplinar o espírito, quer dizer de lhe dar métodos e as regras para abordar os diferentes domínios de pensamento.

Contudo, segundo Chervel (1990) as disciplinas atuam como um modo de disciplinar os sujeitos, no que se refere ao campo do conhecimento. Partindo dessa

perspectiva e com o objetivo de melhor compreendermos o aspecto teórico-metodológico das disciplinas escolares, faremos uma breve discussão acerca das contribuições de autores que disseminaram esse campo de estudo.

### **3.1 - As contribuições de Andre Chevel e Ivor Goodson para o desenvolvimento do campo de estudo das disciplinas escolares.**

O discurso sobre a importância das disciplinas escolares é uma peça fundamental no processo de escolarização. Dessa forma, as pesquisas elaboradas a partir da perspectiva teórica da história das disciplinas escolares objetivam explicar as transformações ocorridas nas diversas disciplinas ao longo de suas trajetórias históricas (BITTENCOURT 2004). Com isso, torna-se possível identificar os fatores que ocasionaram alterações nessas disciplinas, a exemplo dos conteúdos e métodos de ensino, dentre outros. Parte dessas transformações decorre das práticas escolares, que em algumas situações deram origem às configurações das propostas curriculares de determinados períodos, enquanto, em outras, são essas propostas curriculares que influenciam as transformações de tais práticas.

Vale ressaltar que um dos objetivos imprescindíveis das pesquisas que analisam a história das disciplinas escolares é a possibilidade de se explicar o porquê de um determinado conhecimento ser ensinado nas escolas em um tempo e espaço, e a razão do mesmo permanecer ou ser retirado do currículo no decorrer do tempo.

Segundo Bittencourt (2004), para que as abordagens sobre a autonomia das disciplinas escolares sejam aludidas, epistemologicamente, faz-se necessário a utilização de concepções dos estudos históricos sobre as disciplinas escolares. Estudos esses que devem ser embasados em uma ótica historicamente constituída, fundamentadas em estudos do campo da história das disciplinas escolares.

Nesta perspectiva dois grupos de pesquisadores oriundos da França e da Inglaterra apresentam divergências importantes para se pensar o campo. Entre esses destacam-se os defensores da ideia de disciplina como uma “transposição didática” (Chevallard, apud, Bittencourt 2004), contraponto com aquele que a



associa a disciplina como um conhecimento com uma certa autonomia (CHERVEL, 1990).

Dentre o grupo que compreende a disciplina escolar como uma “transposição didática”, destaca-se o pesquisador Yves Chevallard que defende a ideia da disciplina escolar ser proveniente das ciências de referência, isto é, uma versão simplificada das ciências eruditas. Ou seja, as disciplinas escolares estariam interligadas as produções acadêmicas, de maneira que aquelas seriam apenas uma reprodução ou “vulgarização” dos conhecimentos produzidos pelas ciências.

Em contrapartida a essa posição, pesquisadores como Ivor Goodson e André Chervel, discordam da ideia de que as disciplinas escolares sejam constituídas simplesmente pela “transposição didática” do conhecimento erudito. Pois, esses autores defendem que as disciplinas escolares são constituídas por uma diversidade de conhecimentos de origens diferentes, mas também constituído pelo conhecimento científico.

Corroborando com Chervel (1990) e Goodson (1990), Moreira (2007) compreende o conhecimento escolar como uma construção da esfera educativa, não apenas meras simplificações dos conhecimentos produzidos fora da escola. Mas, por um conhecimento produzido pelo sistema escolar, contexto social e econômico. Dessa forma, os conhecimentos escolares provêm dos saberes produzidos socialmente pelos chamados “âmbitos de referência dos currículos”, que se formam em especial pela circularidade da cultura, ou seja,

[...] correspondendo: (a) às instituições produtoras o conhecimento científico (universidades e centros de pesquisa); (b) ao mundo do trabalho; (c) aos desenvolvimentos tecnológicos; (d) às atividades desportivas e corporais; (e) à produção artística; (f) ao campo de saúde; (g) às formas diversas de exercício da cidadania; (h) aos movimentos sociais. (MOREIRA, 2007, p.22).

Entretanto, além dos espaços mencionados, a escola também constitui como um espaço de disseminação de determinados saberes, ensinados e aprendidos. Ou seja, a escola se constitui formadora de culturas e ao mesmo tempo é formada por estes constituintes culturais, políticos e sociais. Nessa perspectiva, é preciso pensar o processo de escolarização como um processo marcado por embates políticos, que se desdobram em tempos e espaços que a escola passa a ocupar ao longo da História da Educação.

Dessa forma, corroboramos com Moreira (2007) quando salienta que para se tornarem conhecimentos escolares, os conhecimentos de referência (os científicos) sofrem uma descontextualização, a seguir, de um processo de recontextualização, tendo em vista que as atividades escolares supõe certa ruptura com as atividades próprias do conhecimento científico. Ou seja, para que os conhecimentos científicos sejam difundidos na esfera educativa, faz-se necessário a resignificação de tais conhecimentos, tendo em vista que não se pode trabalhar na escola os saberes produzidos tal como funcionam no seu contexto de origem.

### **3.2 - As contribuições de André Chervel para a configuração do campo**

Para Chervel (1990) o estudo das disciplinas escolares evidencia o caráter criativo da instituição escolar. Não sendo apenas meras vulgarizações de conhecimentos, mas disciplinas do sistema educacional, que evidenciam o caráter criativo. Para esse autor sistema escolar

[...] é detentor de um poder criativo insuficientemente valorizado até aqui é que ele desempenha na sociedade um papel o qual não se percebeu que era duplo: de fato ele forma não somente os indivíduos, mas também uma cultura que vem por sua vez penetrar, moldar a cultura da sociedade global. (CHERVEL, 1990, p. 184)

Segundo Chervel (1990) os conteúdos de ensino não podem ser identificados como vulgarizações dos saberes, como também não dispor de disciplinas autônomas. Mas, vistos como construtos que resultam de um processo que incluem a participação dos saberes e métodos pedagógicos. Outra ideia ressaltada pelo autor é a separação de conteúdos e métodos de pedagógicos, pois para Chervel (1990) os métodos pedagógicos devem ser compreendidos como componentes de ensino.

Excluir a pedagogia do estudo dos conteúdos, é condenar-se nada compreender do funcionamento real dos ensinos. A pedagogia, longe de ser um lubrificante espalhado sobre o mecanismo, não é senão um elemento desse mecanismo, aquele que transforma os ensinos em aprendizagens. (CHERVEL, 1990, p. 182)

Seguindo essa perspectiva, a pedagogia surge como uma forma de estabelecer métodos, de modo que os alunos assimilem melhor e proporcionalmente os conhecimentos da ciência de referência. Dessa forma, a disciplina se constitui como uma junção de saberes e métodos.

Além dos conteúdos e métodos, a história das disciplinas escolares também enfatiza o problema das finalidades da escola. Isso está para Chervel (1990) como um problema dos mais complexos e sutis com que se confronta a história do ensino. Pois a instituição escolar, a cada época tributária de um gama de objetivos que se entrelaçam. Assim,

[...] se combinam numa delicada arquitetura da qual alguns tentaram fazer um modelo. É aqui que intervém a oposição entre educação e instrução. O conjunto dessas finalidades consigna à escola sua função educativa. Uma parte somente entre elas obriga-a a dar instrução está inteiramente integrada ao esquema educacional que governa o sistema escolar, ou o ramo estudado. As disciplinas escolares estão no centro desse dispositivo. Sua função consiste em cada caso em colocar um conteúdo de instrução a serviço de uma finalidade educativa. (CHERVEL, 1990, p. 188)

Dessa forma, o estudo das finalidades depende da história das disciplinas escolares. Logo, a identificação das finalidades pode ser obtida mediante análise de textos, leis, decretos, programas, métodos, exercícios, entre outros.

No entanto, Chervel (1990) adverte que para análise das finalidades, faz-se necessário um olhar atento, tendo em vista que nem todas as finalidades escritas nos textos condizem com a realidade.

Outro aspecto elencado pelo autor é a possibilidade de estudar os conteúdos explícitos, que considera como característica prioritária a se distinguir as disciplinas. Logo em cada disciplina os conteúdos se caracterizam como uma variável histórica.

Além dos conteúdos, os exercícios escolares também se constituem como objeto de estudo, pois é a partir destes que são exercidas a função de controle e avaliação do conhecimento adquirido pelos alunos.

O autor ainda aponta como pesquisa os efeitos do ensino, que sob a vertente das disciplinas escolares devem se portar como agentes facilitadores do entrosamento entre a escola e o saber cultural, e que, estes precisam ser compreendidas como algo complementar da cultura escolar.

### **3.3 - As contribuições de Ivor Goodson: uma discussão a partir da evolução das matérias escolares**

Outro autor que discute no campo das disciplinas escolares, é Ivor Goodson (1990), este tem se dedicado a compreender a evolução das matérias escolares. De acordo com Goodson (1990), os estudos acerca da história das disciplinas escolares advêm de duas perspectivas: sociológica e filosófica.

Dentro dos aspectos sociológicos, as matérias escolares são vistas a partir de um contexto sócio-relacional, reforçadas pelos argumentos de outros teóricos como Bernstein e Young. Já as explicações fundamentadas numa perspectiva filosófica associam as matérias escolares aos estudos acadêmicos, que por sua vez, seriam transpostos, gerando os conteúdos escolares. Esta perspectiva está fundamentada por autores como Hirst, Peteres, Phenix, dentre outros.

Ainda referente à perspectiva sociológica, e, apoiando-se no modelo adotado por Lyon, Goodson estuda a evolução da matéria Geografia e sua transformação em disciplina acadêmica na Inglaterra, por meio das publicações da *Geographical Association*.

De início, a matéria Geografia era algo uniforme, em que se aborda apenas uma coleção de cifras e fatos. Período que ficou conhecido como “cabos e baías”. Com professores especializados, mas não diplomados. Era inevitável o despreparo de professores de Geografia, pois nas universidades não se encontrava essa disciplina.

A Geografia utilizada nas Escolas Elementares destinadas às crianças operárias em 1875, foi colocada como uma das principais matérias, para servirem de exames. Com aceitação e confiabilidade, os promotores da Geografia fundaram a *Geographical Association* em 1893, para incentivar o conhecimento geográfico em todos os níveis de ensino.

No secundário, a disciplina Geografia foi incorporada ao currículo em 1904, como uma das matérias tradicionais a serem oferecidas nesse nível de escolaridade, marco importante para sua aceitação e reconhecimento sob o âmbito dos exames externos a Geografia.

Nos anos trinta, começaram a circular algumas ideias em que a Geografia é vista como aquele que “roubou” o espaço das outras disciplinas. Pois, segundo Honeybone ela estaria cada vez mais expansiva, se tornando uma matéria da “cidadania do mundo”.

Em 1939, a Geografia teria sido abandonada devido ao não treinamento ou mal treinamento recebido por parte dos professores, fato que acarretou o desequilíbrio devido as técnicas pela as quais se fez a matéria avançar.

Na década de 1970, a Geografia tinha completado o seu percurso em favor da aceitação na Inglaterra, pois além de fazer parte dos currículos nas escolas elementares e secundárias, também se fazia presentes nos campos intelectuais das universidades. Agora veremos como a Geografia se configurou no Brasil.

### **3.4 - Trajetória da disciplina escolar Geografia no Brasil**

Para compreendermos a trajetória da Geografia enquanto disciplina escolar no Brasil é necessário fazermos um estudo histórico. Assim, poderemos traçar a trajetória dessa disciplina ao longo do tempo.

Em 1834 foi estabelecido o Ato Adicional que promoveu algumas mudanças na constituição de 1824. No que se refere ao âmbito educacional, foi estabelecido que as assembleias províncias passassem a administrar a instrução pública, desencadeando em outro movimento em prol da unificação do ensino, oficialmente conhecido como escola mútua.

Dessa forma, vale salientar que com a descentralização da instrução brasileira, as províncias desenvolviam individualmente suas propostas e métodos para a educação, contexto educacional que se perpetuou até as primeiras décadas da República. Este por sua vez, fragmentou o ensino que era denominado “unitário”, deixando os níveis elementar e médio a cargo das províncias, enquanto o ensino superior seria de responsabilidade do poder central. Dessa forma, questiona-se como promover um ensino unitário com uma dualidade de poderes assumindo níveis distintos.

Assim sendo, para se promover a educação em um país recém-independente fazia-se necessário uma legislação educacional, esta acabou, segundo alguns autores como Rocha (1996), sendo substituída pela transposição das legislações da França para o Brasil. Pois, a finalidade do ensino secundário no Brasil era servir de acesso para os cursos superiores.

Em 7 de novembro de 1831, as academias de Ciências Jurídicas aprovaram novos estatutos para os exames dos cursos preparatórios. Esses eram uma forma dos alunos adquirirem aptidão a um ramo do ensino secundário, isto é, uma preparação para o ingresso no ensino superior.

[...] os conhecimentos exigidos para os exames de preparatório que, de acôrdo com o disposto no art. 1º do Cap. 1, deveriam julgar das habilidades dos candidatos nas seguintes disciplinas: Latim, Francês, Inglês, Retórica, Filosofia Racional e Moral, Aritmética e Geometria, Histórica e Geografia. Estavam criados os tristemente famosos colégios das artes preparatórias dos cursos jurídicos. (HAIDAR, 1972, p. 47-48).

Como pode-se observar, a Geografia começa a ser incorporada nos currículos brasileiros, no entanto, não como uma disciplina independente, mas como parte integrante da disciplina de História e Geografia. Segundo Rocha (1996) a Geografia só se tornou uma disciplina institucionalizada em 1837, com a criação do Colégio Pedro II, fazendo parte do seu currículo escolar.

No entanto, Albuquerque (2012) discute a origem da Geografia escolar brasileira, buscando enfatizar a função das províncias nesse processo histórico. Para tanto, a autora desconsidera fato de a disciplina escolar Geografia ter sua origem nos currículos oficiais do Colégio Pedro II, mas como cadeira isolada criada na cidade<sup>9</sup> da Paraíba em 1831. Para tal achado, a referida autora, utiliza de uma legislação que comprova a criação dessa cadeira.

**Legislação Informatizada - Decreto de 7 de Junho de 1831 -  
Publicação Original  
Decreto de 7 de Junho de 1831**

Crêa diversas cadeiras de instrucção secundaria na cidade da Parahyba.

A Regencia Provisoria, em Nome do Imperador o Senhor D. Pedro II,  
Tem Sancionado, e Manda que se execute a Resolução seguinte da

---

<sup>9</sup> Em 1831 a Paraíba era uma província, passando a ser considerada como Estado em 1889 com a lei que regulamentou a República.

Assemblea Geral:

Art 1º Haverão na cidade da Parahyba uma cadeira de rhetorica, geographia, e elementos de historia, outra de philosophia racional, e moral, e outra de francez.

Art 2º O Presidente da respectiva Provincia, em Conselho, proverá as sobreditas cadeiras, e txará interinamente os ordenados dos Professores , guardando acerca de uma outra cousa o disposto nos arts 3º , 7º, e 8º , da Lei de 15 de Outubro de 1827, que creou as escolas de primeiras letras.

Art 3º Ficam revogadas todas as disposições em contrario.

Manoel José de Souza França, do Conselho do mesmo Imperador , Ministro e Secretario de Estado dos NEgócios da Justiça, encarregado interinamente dos do Imperio, o tenha assim entendido, e faça executar.

Palacio do Rio de Janeiro, em sete de Junho de mil oitocentos trinta e um, decimo da Independencia e do Imperio.

MARQUEZ DE CARAVELLAS.

NICOLAO PEREIRA DE CAMPOS VERGUEIRO

FRANCISCO DE LIMA E SILVA

*Manoel José de Souza França.*

(Coleção de Leis do Império do Brasil - 1831, Página 8 Vol. 1.

Rio de Janeiro, 1875 *Apud* ALBUQUERQUE , 2012)

Logo, o objetivo da criação da cadeira isolada Geografia<sup>10</sup>, era para que os alunos prestassem os exames preparatórios, os quais habilitam para o ingresso no Curso Jurídico de São Paulo e Olinda.

Entretanto, a conotação atribuída à disciplina Geografia na França tinha como finalidade prover informações sobre o mundo em expansão, além de promover o conhecimento do território daquele país. No Brasil, a adoção de um modelo de currículo francês, teve como intuito difundir uma ideologia nacionalista, já que o contexto vivenciado era de um país “livre” das dependências de Portugal. Logo, era necessário criar uma identidade nacional nos indivíduos. Para difundir tal ideal a escola foi uma das instituições escolhida para inculcar em seus alunos ideologias necessárias a perpetuação do poder das elites dominantes, de forma que impusesse suas diretrizes partir dos conhecimentos emitidos pelos professores aos alunos.

Os conteúdos programáticos dessa disciplina apresentavam características enciclopédicas, mnemônicos, descritivas sobre aspectos naturais e humanos, valorizando a listagem de continentes, países, estados, etc. Além de apresentar

---

<sup>10</sup> Além da província da Paraíba criar a cadeira isolada de Geografia, também foram criadas cadeiras isoladas em Pernambuco, Olinda, Maranhão, São Luiz e Piauí.

informações relacionadas ao Brasil, no que se refere à extensão de suas terras, as fronteiras com outros países, vegetação, etc.

O mesmo estatuto permaneceu durante dezessete anos, pois, a segunda reforma só foi decretada em 1854, na qual se dava maior ênfase aos conteúdos relacionados à corografia do Brasil, tendo em vista priorizar os conhecimentos do território nacional para que assim pudessem ser explorados novos horizontes.

A Geografia como disciplina científica só foi institucionalizada no Brasil na Universidade de São Paulo em 1934 e na Universidade do Brasil em 1935. A Associação dos Geógrafos Brasileiros em 1934 e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE em 1934 (SOUSA NETO, 2011).

Ao traçarmos uma breve discussão da Geografia enquanto disciplina escolar, e a partir da compreensão de que esta teve início na academia noventa e oito anos após ser incorporada nos currículos escolares, nos questionamos, quem eram os professores dessa disciplina? Qual a sua formação docente para o exercício dessa atividade? E sua função social?

Partindo desse pressuposto, tentaremos preencher tais lacunas a partir de uma discussão acerca dos profissionais que ministravam as aulas de Geografia nas escolas secundárias, procurando discutir o perfil dos professores.

### **3.5 A Formação dos professores de Geografia**

Como pode ser observado no item acima, as instituições de níveis superiores destinadas a formação de professores de Geografia só foram originadas no Brasil em 1934. Até então os professores que lecionavam no nível secundário de ensino eram oriundos de outras profissões como bacharéis em Direito, sacerdotes, autodidatas que exerciam esta atividade até conseguirem um maior destaque em suas profissões de origem. Outros professores eram oriundos das escolas normais, destinadas a formação pedagógica.

A partir da década de 1930, que formam-se os primeiros professores habilitados para o exercício docente de Geografia, com qualificação adequada.



Com esse acontecimento inaugurou-se, de fato uma nova era de ensino secundário, cujos quadros docentes, constituídos até então de egressos de outras profissões, autodidatas ou práticos experimentados no magistério, começaram a renovar-se e a enriquecer-se, ainda que lentamente, com especialistas formados nas faculdades de Filosofia que, além do encargo da preparação cultural e científica, receberam por acréscimo, o da formação pedagógica dos candidatos ao professorado do ensino secundário (AZEVEDO, 1971:761 *apud* ROCHA, 1996).

Os cursos oferecidos na Faculdade de Filosofia eram de História e Geografia, ainda compreendidos como ciências que se complementam, por isso, indissociáveis. O corpo docente dessa instituição era composto em parte, por professores contratados na Europa.

É importante salientar o quanto esse acontecimento foi significativo para a difusão da Geografia moderna no país, possibilitando ao professor um domínio sobre esta disciplina que passa a ser tratada como ciência na academia.

Também não significa dizer que esses cursos de formação de professores de Geografia assumiram um caráter diferente do ensino tradicionalista que se vinha operando. Como inovação nesse novo contexto destacamos a formação dos profissionais que passaram a ser realizadas na área de conhecimento em que lecionavam, além disso, se pode observar a ampliação do número e da qualidade gráfica e teórica de materiais didáticos elaborados especificamente para o ensino da Geografia.

Este quadro trouxe transformações significativas tanto para a formação de professores quanto para a produção de conhecimentos sistematicamente produzidos sobre o Brasil, o que possibilitaria aos autores de livros didáticos renovar o seu arcabouço teórico e aos professores implementarem novas práticas. Entretanto esta questão ainda está por ser estudada, tendo em vista que não existem pesquisas sobre esta relação no Brasil.

#### **4 - SEBASTIÃO PARANÁ: UM CONSTRUTOR DA EDUCAÇÃO**



Figura 2: Sebastião Paraná. Fonte: [www.feparana.com.br](http://www.feparana.com.br).

Sebastião Paraná, era Bacharel em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, nasceu em Curitiba, em 19 de novembro de 1864. Sobre a trajetória escolar do autor, pode-se salientar que ele estudou na escola de primeiras letras e o curso primário no Colégio Curitibano. Em 1883 matriculou-se no Instituto Paranaense, no qual prestou exames preparatórios em Curitiba e se diplomou em Direito, Ciências Políticas e Sociais no Rio de Janeiro.

No que se refere a sua carreira docente é importante ressaltar que em 18 de abril de 1900, foi nomeado professor catedrático de Geografia e Corografia do Brasil, no Ginásio Paranaense e Escola Normal de Curitiba.



Figura 3: Gyamnasio Paranaense. Essa imagem é apresentada na obra “Os Estados da República” no conteúdo referente ao Paraná. (p. 357)

Além da carreira docente, Sebastião Paraná também ocupou cargos públicos, como o de Diretor da Secretaria do Interior e Justiça do Paraná em 1928. Também obteve a patente de Capitão da Reserva do Exército Nacional, nos anos de 1894, serviu ao batalhão patriótico Benjamin Constant. Além disso, ocupou o cargo de Deputado no Congresso Legislativo do Paraná.

Ainda no cenário educacional, Sebastião Paraná pertenceu à Comissão de Instrução Pública, assumindo o cargo de inspetor de ensino em Curitiba entre os anos de 1900 a 1908. Em seus relatórios, denunciou a falta de prédios públicos para o ensino, assim com falta de materiais e de livros adequados para os alunos. Também denunciou situação complexa do ensino em outras localidades. Segundo as palavras do inspetor:

Continua sensível a falta de edificios apropriados para o funcionamento das escolas nesta cidade. (...) Vejo, com pesar, escolas funcionando em salas de edificios particulares, sem os requisitos necessários prescriptos pela moderna arte de ensinar. (...) E conveniente insistir V.Ex.a. No sentido de serem construidos edificios apropriados, isto é, altos, espaçosos, claros e fartamente arejados, havendo nas paredes inscrições<sup>11</sup> que concitem as crianças ao cumprimento do dever cívico<sup>12</sup>.

<sup>11</sup> A ortografia condiz com a escrita da época.

<sup>12</sup> PARANÁ, Sebastião *apud* BERTOLINI, João Luís da Silva (2000).Relatório do Inspetor de ensino de Curityba , p. 23.

Em seus relatos Sebastião Paraná dá ênfase a importância do trabalho dos inspetores escolares, juntamente com os dos professores, pois considera como um elemento imprescindível ao funcionamento da escola. Aqui podemos perceber a preocupação da sociedade, em especial nas ações políticas, em tentar controlar, criar e disciplinar os campos alcançados pela escola, por isso o destaque dado aos inspetores escolares, pois,

[...] a inspeção das escolas é considerada elemento fundamental para o funcionamento do sistema, e encarada como função de representação política, sendo que os inspetores locais trabalhavam sem remuneração, a gratificação do trabalho era representada pelo exercício do poder na localidade. (BERTOLINI, 2000, p.19)

Dessa forma, o trabalho dos inspetores escolares apresentam resultados significativos nas escolas paranaenses.

A modalidade de grupos escolares não foi implantada uniformemente nos estados brasileiros, surgindo inicialmente nas grandes cidades. Sendo assim, no Paraná em 1916 chega a contabilizarem dez grupos escolares (BERTOLINI, 2000).

Originários de um período de entusiasmo a educação, os novos grupos escolares materializam os embates republicanos, que disseminam no campo educacional a popularização do ensino, este considerado como via determinante para o desenvolvimento do país. Período este que é caracterizado pelo otimismo pedagógico, que introduzir na escola a prática do sentimento patriótico, assim como a ideologia do progresso e laicidade do ensino.

Na área jornalística, Sebastião Paraná exerceu o cargo de Diretor do jornal *A Tribuna*. Como também foi redator de *A República* e de *O Município*. Sobre o periódico denominado “A República” (1886), pode-se salientar que representava a associação dos republicanos, com circulação diária até 1930. Esse periódico defendia interesses do governo estadual e dos dirigentes.

Entretanto, para compreendemos as influências de Sebastião Paraná no contexto educacional faremos uma breve discussão acerca do contexto educacional nas primeiras décadas da República.

#### **4.1 - O contexto educacional nas primeiras décadas da República**

Para compreender as considerações pertinentes ao contexto histórico e educacional vivenciado no início do século XX, faz-se necessário o entendimento de como a educação formal foi constituída no Brasil no século XIX, em especial, no momento de queda da Monarquia e proclamação da República. Em outras palavras podemos dizer que esse momento foi fortemente marcado por contradições, permanências e também transformações no campo social, econômico, político, cultural e educacional brasileiro.

Nesse sentido, cabe enfatizar que é a partir da compreensão desse momento histórico que podemos estabelecer relações como o período que abrange o nosso recorte histórico, assim como, perceber as transformações ocorridas no âmbito educacional e os fatores influenciadores de tais transformações.

A chegada da família real ao Brasil em 1808 foi impulsionada pelos ataques franceses liderados por Napoleão Bonaparte, que lutava pelo domínio europeu, incluindo as terras lusitanas. Com a transferência da corte portuguesa para a Colônia Brasil, desencadeou-se uma série de transformações, sob os âmbitos sociais, políticos, econômicos e educacionais. No que se refere aos aspectos econômicos foram abertos portos brasileiros que possibilitaram uma transição com o comércio exterior. Já no âmbito educacional, foram criadas instituições de ensino superior para atender a elite portuguesa, bem como a formação profissional para o novo contexto emergente.

Com a conquista da Independência do Brasil em 1822, que teve como base acordos político de interesses a classe dominante, em sintonia com o capitalismo europeu. Desencadeou uma clara distinção entre a elite e as classes populares, devido à associação política que os denominavam genericamente de cidadãos.

Contudo, a única solução para a população brasileira seria a educação, a qual difundisse um ideário comum de pertencimento nacional. Evidentemente, essa ideia de pertencimento e difusão ao nacionalismo acontecia de maneira dual, para a elite a escola serviria para a formação intelectual, enquanto que para a população em geral a escola estaria relacionada ao desenvolvimento econômico, fundamentado no trabalho e no cumprimento de deveres.

A constituição de 1824 certificava a instrução pública e primária gratuita, como direito de todo cidadão. Apesar da educação ser garantida a todos, os filhos de famílias ricas não frequentavam a escola pública, recebiam uma educação doméstica com seus professores particulares, chamados de preceptores ou estudavam em colégios particulares. Segundo Veiga (2007):

O alvo da escola pública, no Brasil, foi essencialmente a população pobre, negra e mestiça, portadora de “hábitos e valores rudes”, não afeita às normas sociais nem ao cumprimento dos deveres e por isso passível de ser civilizada. A difusão da escola pública uniu as elites na afirmação de um lugar-comum: o de que da instrução dependia o futuro da nação. Mas não foi elaborado um projeto nacional de educação, e os procedimentos para instruir o povo fragmentaram-se em iniciativas subordinadas aos governos provinciais (p.149).

Após a proclamação da República no país, em 1889, houve um grande movimento de urbanização, fato que acarretou a macificação das cidades, fruto da imigração que até então habitavam áreas rurais. Para os republicanos a urbanização era de total interesse, visto que, reduziria as eventuais resistências e excessos do poder rural remanescente do Império.

No que se refere a escolarização nesse período, pode-se destacar a expansão do ensino que “atinge as camadas populares e se afirma como vetor de homogeneização cultural da nação” (VEIGA, 2007, p. 238), com o objetivo de desenvolver nos cidadãos a noção de pertencimento nacional e identidade cultural.

É nas primeiras décadas do regime republicano, que a constituição de 1891, imbricada no federalismo, assume apenas o ensino superior como competência do Governo Federal, enquanto os demais níveis de ensino ficavam a cargo dos estados. Dessa forma, devido à falta de um ministério da educação, foram as reformas estaduais que impulsionaram o ensino. Com destaque para a iniciação de um ensino laico, assim como a criação dos grupos escolares.

Uma das principais reformas educacionais do período foi a de Benjamin Constant<sup>13</sup> em 1890, no Rio de Janeiro (na época Distrito Federal). Essa reforma tinha como princípios norteadores a laicidade do ensino, assim como a gratuidade

---

<sup>13</sup> Um dos objetivos desta Reforma era substituir a predominância dos conteúdos literários pelos científicos.

da escola primária, tais princípios fundamentavam-se na constituição brasileira em voga. Ainda que muitos estados se baseassem na estrutura educacional do Rio de Janeiro, a descentralização na organização escolar determinou modelos pedagógicos originais em cada estado.

Ainda nas primeiras décadas da República é importante destacar a criação de cursos profissionalizantes, regulamentados pelo decreto de 23/11/1909. Em que designava a criação de escolas de aprendizes e artífices em nível primário gratuito, para a classe popular das grandes cidades. Com essa instrução buscava-se desenvolver nos cidadãos profissionais aptos ao mercado de trabalho em profissões como: carpinteiro, engraxate, entre outras. Tornando os cidadãos uteis a nação (FERREIRA, 2012).

Em 1924 foi fundada a Associação Brasileira de Educação (ABE) por iniciativa de Heitor Lyra da Silva, professor da Escola de Belas Artes. Mas, pode-se salientar que desde sua fundação até 1932, foi o período quando ocorreram com maior efervescência os debates e conferências nacionais, idealizadas por um grupo de profissionais, como: professores, médicos, jornalistas, entre outros. Pode-se observar que nestes debates a educação caracteriza-se como viabilizadora de reforma social, além de uma educação com ação integradora e homogenia de abrangência nacional. Esse modelo educacional foi chamado de escolanovismo. Identificamos o direcionamento para uma nova orientação pedagógica, em que os conhecimentos adquiridos não se limitassem a meras reproduções, mas que respeitassem a individualidade do sujeito, para viver em uma sociedade democrática.

Entre os pioneiros desse movimento destacaram-se Lourenço Filho, inspirando ideias inovadoras no Ceará, dando ênfase a formação e capacitação de professores. Outro idealizador do escolanovismo foi Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo, que desenvolveu suas ideias na Bahia, sobre as suas inovações destacam-se a implementação de novos materiais didáticos e a criação de disciplinas, como a de desenho e trabalhos manuais. Também se destacou o reformador Fernando de Azevedo, ampliando a proposta da escola nova com a criação de do curso primário pré-vocacional, adaptado em modalidades destinadas ao meio rural, urbano e litorâneo.

Com todas essas reformas estaduais, em 1934 a constituição antecipou a elaboração de um plano nacional de educação que contemplasse todo o território nacional. Além dessa homogeneização do ensino, o plano educacional também previa a gratuidade do ensino primário, assim como a frequência obrigatória.

Entretanto, foi em meio a esse contexto que tem origem no Império e que vai até a República que surgiram os primeiros autores de livros didáticos brasileiros, assim como a criação das editoras. Com base nisso, discutiremos a seguir como se organizou as primeiras produções de livros didáticos no Brasil.

#### **4.2 - Livro didático de Geografia: uma discussão sobre autoria e produção**

Considerando o livro escolar como um suporte material para o ensino e objeto cultural revelador da cultura escolar de uma época, tomamos o livro didático como uma fonte histórica capaz de desvendar traços do processo de escolarização no período estudado. Partindo de tais pressupostos, consideramos a complexidade inerente ao livro didático, seja como portador de novos conhecimentos, seja visto como instrumento pedagógico portador dos debates e críticas disseminados no final do século XIX e início do século XX.

Além das abordagens metodológicas expressas nos conteúdos, o livro didático também possui peculiaridades na produção, circulação e uso, como também a autoria. É por meio desta que se torna possível ver a distinção entre o trabalho da escrita do texto e a fabricação do livro (BITTENCOURT, 2004).

Os primeiros impressos nacionais surgem com a criação da Imprensa Régia, com a vinda da família real ao Brasil em 1808. Contudo, vale salientar que até então os livros didáticos eram, em grande maioria, importados da Europa. Quando impressos no Brasil, esses livros eram apenas traduções ou adaptações das obras estrangeiras.

Posteriormente, com o rompimento do monopólio da Imprensa Régia, as editoras privadas passaram a assumir o papel de publicação dos manuais didáticos. Dessa forma, as marcas francesas se consolidaram em virtude da dependência do Brasil pelas técnicas de produção e importação.



As editoras que mais se destacaram pela produção de obras didáticas até os anos de 1885, foram: B.L. Ganier; E. & H. Laemmert; Francisco Alves; J. G. de Azevedo; Tip. Nacional. Logo, os autores das obras publicadas pela maioria dessas editoras eram de origem francesa. Para Bittencourt (2004, p. 482):

As estratégias das primeiras editoras centravam-se na aproximação do poder institucional, podendo-se entender por essa via o critério de escolha dos autores. Estes correspondiam a um perfil que expressava essa dependência política.

Nesse sentido, o perfil dos autores de livros didáticos expressava dependência política, pois para a publicação de seus textos, livros ou cartilhas, fazia-se necessária aprovação institucional que viabilizasse a circulação nas instituições de ensino. Sobre o perfil desses autores, pode-se destacar que inicialmente os produtores de obras didáticas, caracterizavam-se por serem figuras próximas ao poder institucional, escritores literários, além dos responsáveis por produzir o conhecimento científico.

No que se refere à disciplina escolar Geografia, é esse contexto que marca seu surgimento nos currículos brasileiros, fruto da transposição do currículo francês, passando a adotar como modelo ideal para a educação no Brasil. Além do currículo, os livros didáticos também eram importados da Europa ou eram verdadeiras compilações de obras estrangeiras. Os conteúdos programáticos dessa disciplina apresentavam características enciclopédicas, mnemônicos, descritivas sobre aspectos naturais e humanos, valorizando a listagem de continentes, países, estados, etc. Além de apresentar informações relacionadas ao Brasil, no que se refere à extensão de suas terras, as fronteiras com outros países, vegetação, etc.

As críticas acerca desses livros aumentaram, sobretudo, a partir das últimas décadas do século XIX, com os debates acerca da República e do nacionalismo. Nesse contexto se afirmaram os debates acerca das questões metodológicas e pedagógicas, fruto das ideias escolonovistas que emergiam. Logo, o retorno financeiro era considerado pelos autores, que interessavam-se em difundir métodos didáticos renovados, que interferissem na educação de futuras gerações.

Como mencionado anteriormente, Sebastião Paraná além de exercer a carreira docente e participar de cargos públicos, também foi autor de livros didáticos. Dessa forma, elencamos a seguir as produções didáticas do referido autor.

Como autor de livros didáticos, Sebastião Paraná escreveu tais obras: *Esboço geográfico do Paraná* (1889), *Corografia do Paraná* (1899), *O Brasil e o Paraná* (1925), *Os Estados da República* (1911), *Exultação* (1913), *Galeria Paranaense* (1922), *Países da América* (1922), *Países da Europa* (1926), *Efemérides da Revolução de outubro de 1930 no Estado do Paraná* (1931).

Segundo o autor, suas obras apresentavam o caráter modernizador, tendo em vista que a metodologia adotada não trabalhava na perspectiva do método tradicional, que visava o desenvolvimento da memória e a prática da decoração de livro didático

Dentre as obras escritas por Paraná faremos uma análise da obra “*Os Estados da República* (1911)”, a partir da qual buscamos evidenciar a metodologia adotada pelo autor, assim como o ideário republicano presente na obra.

#### 4.3 Uma análise da obra

Para Sebastião Paraná a falta de um compendio que trabalhasse a Chorografia do Brasil o motivou a escrever a obra *Os Estados da Republica*, e que na

[...] qualidade de lente cathedratico de Geographia e Chorografia do Brazil do Gymnasio Paranaence e da Escola Normal de Coritiba, aproveitando-me dos apontamentos insuspeitos que hei colhido em fontes límpidas, durante o ultimo quiquennio ( PARANÁ, 1911, Nota explicatória).

O autor ainda ressalta que muitas obras deste gênero “correm por ahí”, mas que quase todas são falhas e defeituosas. E que os seus autores se preocupam mais com o interesse mercantil do que o interesse de tornar a obra conhecida.

Sobre a Geografia o autor coloca que a “Geographia tomou hodiernamente outra feição graças aos trabalhos do sábio Elyssée Reclus”(Paraná (1911). Que baseava-se na transmissão de conhecimentos da natureza, estes considerados como plenos de interesse e utilidade a vida objetiva e econômica das sociedades.

Nas páginas iniciais da obra o autor apresenta um parecer da Comissão de Lentes do Gymnasio Paranaense e da Escola Normal. A princípio os pareceristas<sup>14</sup> apontam que todos os manuais de Chorografia em uso nas instituições secundárias do Paraná acham-se em atraso, não refletindo as condições reais em que o país se encontra. Além disso, o parecer apresenta a obra como uma descrição exata dos estados do Brasil na atualidade.

Segundo o autor da obra o objetivo dessa publicação não era apenas prestar serviço à juventude, mas servir de guia para qualquer individuo que desejasse possuir conhecimentos sobre “a primeira das repúblicas sul-americanas” (PARANÁ, 1911, p.6). Além disso, os pareceristas enfatizam o patriotismo evidente em todas as páginas da obra, que segundo relatam, contribuirá para educação cívica dos “jovens patricios”.

No que se refere à organização da obra, pode-se destacar que o autor deteve-se apenas ao estudo do Brasil e seus estados, contrariando a ênfase dada por outros autores anteriormente analisados (ALBUQUERQUE; SOUSA, 2011/2012). O que evidencia o seu título como corografia, ou seja, como o conhecimento referido ao local, ao particular em oposição a cosmografia. Para tanto, recorreu a Geografia Física para enumerar e descrever os principais rios, lagos, ilhas, serras, portos, etc.

Assim como a Geografia Política para enumerar cidades, vilas de cada estado, além de ressaltar a importância da indústria agrícola e extrativa como bases indispensáveis de riqueza para as nações. Como se pode observar, Sebastião Paraná considera a agricultura como parte integrante da Geografia Política, não se referindo em nenhum momento a Geografia Econômica.

Neste momento as críticas à monarquia e, indiretamente ao Império, se evidenciam e, seguindo esta linha, o autor salienta que durante o governo monárquico a produção manteve-se estagnada, tendo em vista que o ainda necessitava importar inúmeros produtos alimentícios do exterior, sendo um exemplo o trigo.

Durante o governo monarchico a monocultura nos manteve em estado de estagnação. Proclamada a Republica, porém, abriu-se

---

<sup>14</sup> O parecer da obra foi escrito em Curitiba, em 20 de Março de 1908, por Dr. Reinaldo Machado, Dario Vellozo e Alvaro Pereira Jorge.

para o Brasil um período de progredimento, tomando as indústrias notável impulso.(PARANÁ, 1911, p. 35)

É com essa citação que Sebastião Paraná começa a introduzir em um breve resumo como se instituiu a independência do Brasil. Para tanto, ressalta que nunca antes, no país, havia acontecido tanto derramamento de sangue “como o que se via nas províncias do norte do Pará, Maranhão, Ceará, Pernambuco e Bahia” (PARANÁ, 1911, p.65), assim, confirmando que os movimentos sociais regionais aconteciam por todo o país. Isto evidencia de certa forma, que o autor, apesar de trazer uma visão conservadora de Geografia, informa aos alunos sobre questões importantes para o país, inclusive algumas silenciadas em outros livros didáticos da mesma época.

No texto escrito pelo autor percebemos quando o mesmo deixa explícita a sua opinião a respeito da República, definindo-a como “[...] governo de todos por todos” (PARANÁ, 1911, p. 66). Para o autor o povo exerce sua soberania por intermédio de delegados eleitos pelo povo, por tempo determinado, sem distinção nas escolhas, mas por méritos pessoais. O que indica uma visão “doméstica” de República, em que os representantes são escolhidos não pela sua vinculação a um partido ou ideais, mas sim, pelos seus feitos pessoais. Esta forma de ver a República expressa uma visão deturpada sobre esta forma de governo e a defesa dos interesses de uma elite, que continuava no poder.

Não obstante o autor ainda apresenta o decreto de Proclamação da República, escrito por Marechal Deodoro da Fonseca<sup>15</sup>. Em que são apresentadas as funções do novo governo republicano, que segundo o autor, garante a todos os cidadãos a defesa da integridade da pátria, ordem nacional, segurança da vida, respeito aos direitos individuais, políticos, etc.

Devido à ênfase dada ao debate sobre a República buscamos investigar qual a relação do autor com o movimento republicano. Logo, identificamos que ele foi um republicano, que lutou ao lado de Benjamin Constant para combater os inimigos da República.

---

<sup>15</sup> A Proclamação da República foi conclamada por Marechal Deodoro da Fonseca em 16 de novembro de 1889. Este documento foi apresentado na obra, juntamente aos conteúdos do primeiro capítulo da obra. O tópico que referencia a apresentação do decreto é “Forma de governo”. O decreto encontra-se nos anexos.

#### 4.4 A metodologia: mudanças e permanências

O livro apresenta algumas inovações didáticas para o ensino de Geografia, tendo em vista que o autor organiza o conteúdo em forma de texto corrido, com imagens e mapas. Porém, permanece com algumas características marcantes do modelo tradicional, como por exemplo, uma grande valorização da definição de conceitos relacionados à Geografia Física, como limites dos estados, superfície, principais rios, etc. Vejamos a figura:

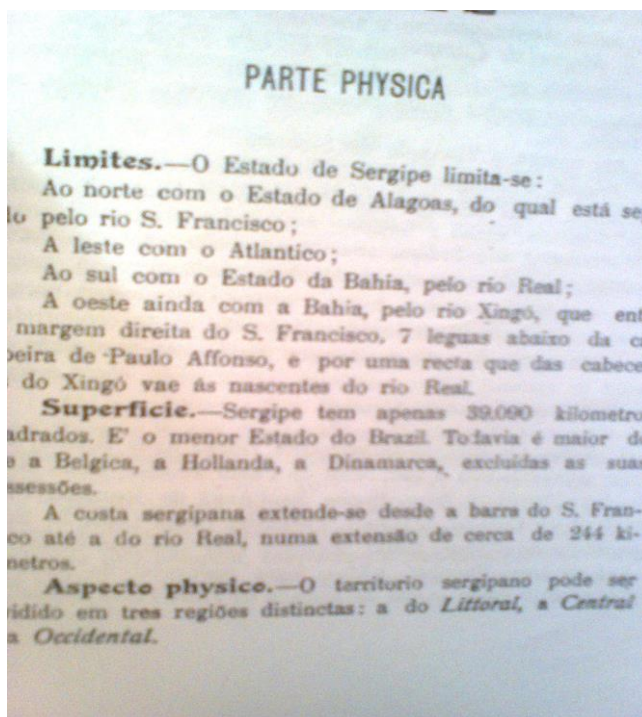


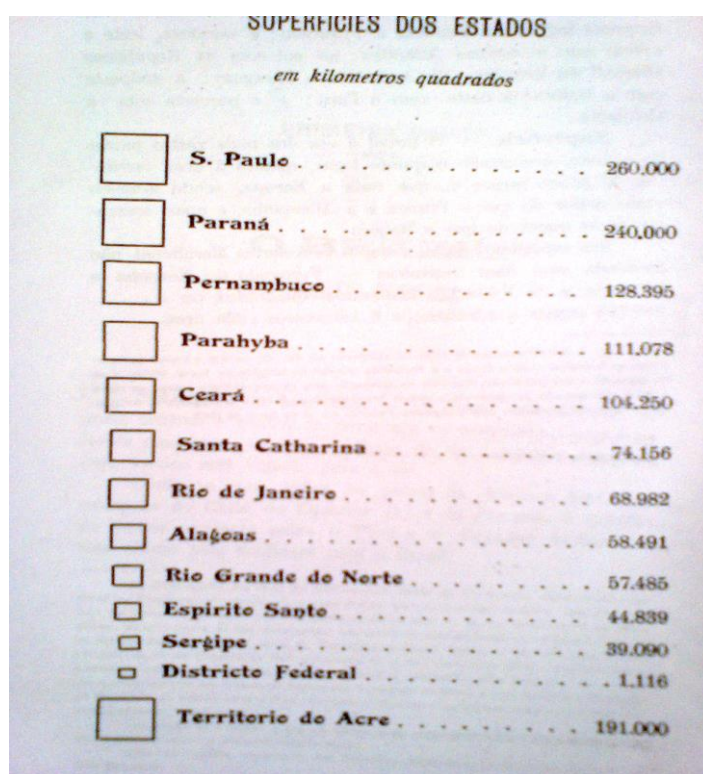
Figura 4: metodologia dos conteúdos

No entanto, mesmo com a valorização dos significados, que são características de um modelo tradicional, o autor apresenta o texto corrido, caracterizando uma inovação. Pois, no modelo tradicional os conteúdos eram apresentados em forma de perguntas e resposta. Esse modelo mnemônico era denominado como método catecismo, em que o mestre fazia perguntas aos seus alunos. Nesse contexto, a memorização era imprescindível para se avaliar a aprendizagem dos alunos.

No entanto, Sebastião Paraná, nas notas introdutórias da obra salienta que a organização do livro divide-se em Geografia Física em Política. E que irá descrever rios, lagos, ilhas, portos, mas que o

“alumno leia apenas, não curando de decorar sinão o que for mais notável, o que representa papel saliente, como, por exemplo, meios de comunicação e transporte, fertilizantes do solo, modificadores do clima, e da importância economica. (PARANÁ, 1911, Nota explicatória)

Dessa forma, considera que a memorização é importante quando se refere ao cotidiano do aluno, como as questões econômicas, meios de transporte, assim como técnicas agrícolas.



<input type="checkbox"/>	S. Paulo . . . . .	260.000
<input type="checkbox"/>	Paraná . . . . .	240.000
<input type="checkbox"/>	Pernambuco . . . . .	128.395
<input type="checkbox"/>	Parahyba . . . . .	111.078
<input type="checkbox"/>	Ceará . . . . .	104.250
<input type="checkbox"/>	Santa Catharina . . . . .	74.156
<input type="checkbox"/>	Rio de Janeiro . . . . .	68.982
<input type="checkbox"/>	Alagoas . . . . .	68.491
<input type="checkbox"/>	Rio Grande de Norte . . . . .	57.485
<input type="checkbox"/>	Espirito Santo . . . . .	44.839
<input type="checkbox"/>	Sergipe . . . . .	39.090
<input type="checkbox"/>	Districte Federal . . . . .	1.116
<input type="checkbox"/>	Territorio de Acre . . . . .	191.000

Figura 5: mapeamento dos estados em quilômetros

Também evidenciamos que a obra não apresenta exercícios. Dessa forma nos questionamos se a ausência dos exercícios seria uma metodologia defendida pelo autor, que não prioriza a memorização dos alunos, como o mesmo considera em suas falas introdutórias da obra.

Outra característica que merece ser ressaltada é a forma como o autor organiza a sequencia dos estados apresentados na obra, ordena-os de acordo com as suas divisas com outros estados, como por exemplo, primeiro o estado do Pará,

logo em seguida Maranhão que faz divisa com Pará, em seguida Piauí que é divisa com Maranhão, etc. Logo, identificamos que esse procedimento didático é uma forma dos alunos decorarem os estados de acordo com o seu posicionamento no mapa. Para isso, logo abaixo abordaremos como está organizado os Estados brasileiros.

#### 4.5 - A organização dos Estados brasileiros na obra

Como a obra aborda os Estados da República, o autor organiza em duas partes: a primeira apresenta o Brasil e a segunda os estados brasileiros.

Sobre o Brasil, o autor ressalta que o país ocupa o quinto lugar dos territórios mais vastos. Em seguida, é apresentado um “mapa”, em que propicia ao aluno uma melhor percepção do território do Brasil em relação a outros países.

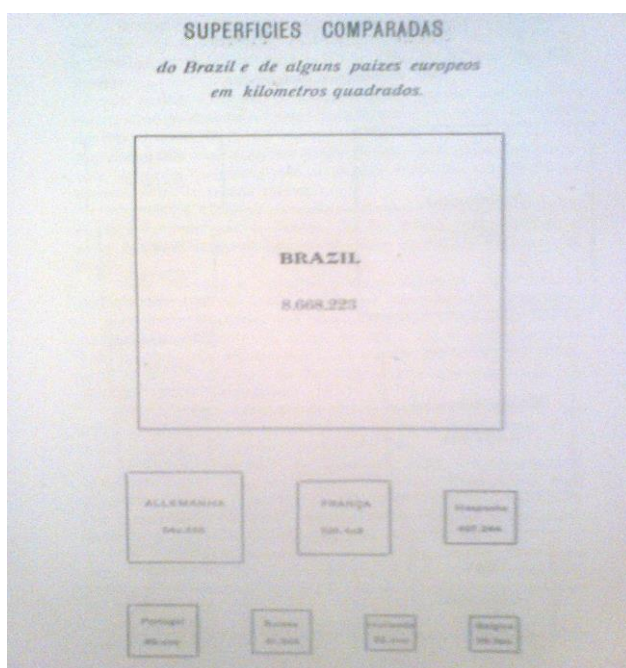


Figura 6: mapeamento do Brasil e de outros países em quilômetros

Paraná (1911) ainda analisa em seu conteúdo a parte Física e Política do Brasil. Sobre os aspectos físicos o autor ressalta o clima, a vegetação, os rios, os minerais, etc.

Já na parte política o Paraná (1911) dá ênfase a industrialização agrícola, navegação, comércio, povoamento. Além de abordar o caráter e costumes do povo, que segundo o autor os brasileiros se distinguem pela urbanidade, sentimentos de afeto, lucidez intelectual e pelo patriotismo.

Também destaca instrução pública, como “berço da felicidade do corpo colectivo” (PARANÁ, 1911p. 59).

Ainda na parte política o autor apresenta um tópico intitulado Forma de governo. Em que apresenta as formas de governo imperial e republicana.

No entanto, a segunda parte da obra refere-se aos estados brasileiros. Para a exposição dos conteúdos referente aos estados, Paraná (1911) utiliza da mesma metodologia, a descrição dos conceitos. Para tanto, emprega a mesma sequência dos tópicos para cada estado. Os tópicos elencados são: limites, superfície, aspecto physico, clima, orographia<sup>16</sup>, nesographia<sup>17</sup>, acroteriographia<sup>18</sup>, colpographia<sup>19</sup>, potamographia<sup>20</sup>. Nos aspectos políticos, são destacados: as indústrias, agrícola, pastoril, fabril e extrativa, commercio, viação, instrução publica, população, representação federal, festas estaduais e as cidades.

Entretanto, para compreendemos melhor a descrição dos estados elencadas por Paraná (1911), faremos uma análise do estado da Paraíba, buscando identificar com a Paraíba aparece na obra.

#### **4.6 Considerações sobre o Estados da Parahyba<sup>21</sup>, Pernambuco e Paraná**

O conteúdo<sup>22</sup> relacionado ao estado da Parahyba está dividido em duas partes, a primeira diz respeito a “Parte Phisica” e a segunda esta relacionada à “Parte Política”.

---

<sup>16</sup> Estudo das serras.

<sup>17</sup> Estudo das ilhas.

<sup>18</sup> Estudo dos cabos.

<sup>19</sup> Estudo dos Portos.

<sup>20</sup> Estudo dos rios.

<sup>21</sup> A ortografia esta de acordo com a época 1911.

<sup>22</sup> O capítulo referente ao Estado da Parahyba encontra-se nos anexos.



No que se refere à Parte Física o autor aborda uma série de informações como a superfície clima, relevo, principais rios, etc.

Na Parte Política há um destaque para a extração de minérios como ouro, cobre, ferro, estanho, cimento, etc. o que demonstra que o mesmo compreende que a economia constitui os aspectos políticos. Também é importante destacar que esta valorização das riquezas naturais estava relacionada à difusão de um ideal de nação, difundido pela Geografia na época, tendo em vista a constituição de um estado nacional. E como se pode constatar nesta obra a Geografia escolar cumpria o papel de valorizar tais riquezas e participar da construção da identidade nacional.

Sobre a agricultura, o autor enfatiza que a Parahyba ocupa o primeiro lugar pela cultura do algodão e da cana de açúcar, caracterizando assim, o campo econômico da Paraíba. Neste momento a Paraíba vivencia o auge da produção do algodão, o que indica que os autores de livros didáticos estavam conectados com o que ocorria em outras províncias, mesmo estando este no Sul do país. Além disso, assim como as demais obras apresentadas, também menciona as principais cidades, sendo estas Bananeiras, Areia, Campina Grande, Souza, Pombal, Cajazeiras e Patos.

É curioso observar como o autor enfatiza o estado de Pernambuco, atribuindo-lhe o título de berço dos movimentos republicanos no Brasil, que iniciou-se a partir da Guerra dos Mascates, em 1710. Este enfoque demonstra como o autor traz para o livro didático o seu posicionamento político. Além disso, se pode observar uma relação direta entre o posicionamento político do autor e a seleção de conteúdos abordados nessa publicação.

Ao analisarmos o capítulo referente ao estado do Paraná, observamos que o autor atribui maior ênfase ao seu estado natal. No qual identificamos que o mesmo apresenta maior número de páginas em relação aos demais.

Em seu conteúdo há uma grande exaltação aos recursos naturais desse estado, e valorização de pontos específicos como grandes cachoeiras e quedas d'água.

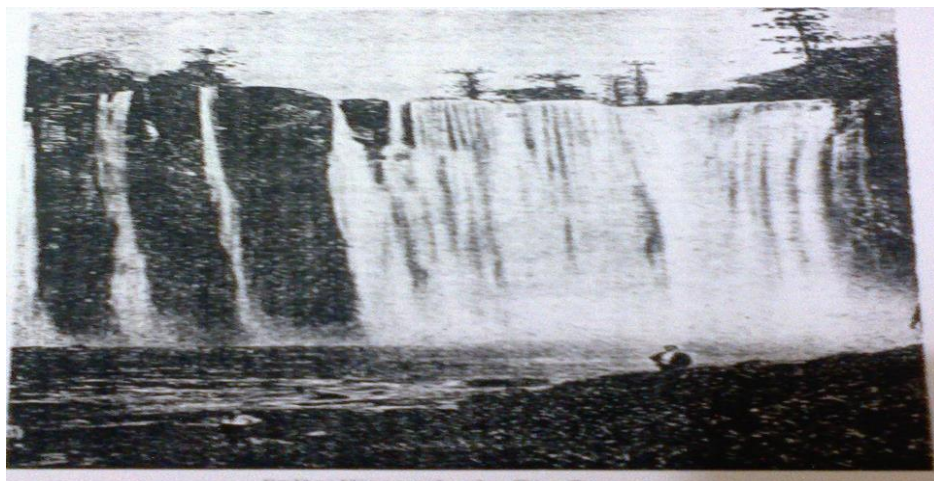


Figura 7: Salto visconde do Rio Branco, presente no conteúdo do estado do Paraná

#### **4.7 - Embates políticos republicanos presentes nos conteúdos**

Ao ler a obra, percebemos que em todos os conteúdos existe a exaltação a pátria, seja com elucidação ao país ou ao estado. Também é importante salientar que o autor aborda os conteúdos de maneira que enaltece o regime político.

No entanto percebemos que o conteúdo que apresenta maior exaltação a República é o primeiro capítulo. Em que Paraná (1911) aborda as formas de governo. Segundo Paraná (1911), a República adiantar-se a todas as formas de governo, pois garantia ao povo o direito que lhes atribuído, que seria o poder de organização dos poderes públicos.

O autor ainda ressalta que a República foi uma conquista, fruto dos movimentos sociais que ocorreram desde o século XVIII. Para o autor foi em Pernambuco que surgiu o primeiro movimento em favor da República, com a guerra dos mascates em 1710.

Em 1720, surgiram ideias liberais em Minas Gerais, em que se destacaram Felipe dos Santos e Joaquim José da Silva Xavier, conhecido por Tiradentes. Outro movimento ressaltado pelo autor foi o “Viva a República” em 1835 no Rio grande do Sul.

No que se refere ao patriotismo e exaltação a pátria, Paraná (1911) coloca

O Brasil é o mundo! E’ o estado de mais valor político da America Latina e uma das mais privilegiadas regiões da Terra. E’ o um dos mais vastos paizes do globo, sendo somente inferior em extensão

à Inglaterra, à Rússia, á China e à União Norte Americana, incluídas suas imensas possessões. (PARANÁ, 1911, Prefácio)

Com base nesta e em outras citações elencadas, é nítido o patriotismo e a exaltação ao país.

Além das abordagens feitas pelo autor que apresenta os principais decretos e leis que fizeram parte da história política, como: a Proclamação da República e a Constituinte. O autor ainda elenca os governos de Generalíssimo Deodoro, Marechal Floriano Peixoto, Prudente de Moraes, Rodrigo Alves e Afonso Pena.

Sobre os aspectos industriais do país, Paraná (1911) salienta:

Abatido durante a dominação monárquica, o Brasil animou-se com a administração republicana, e hoje sente-se forte e impávido para a luta edificante do trabalho, certo de que o futuro lhe reserva lugar condigno entre as pontenciais respeitadas do planeta. (p. 5)

Nessa citação, mais uma vez o autor refere-se ao período monárquico como um governo antiquado, mediante as questões do desenvolvimento social.

Ainda no primeiro capítulo refere ao Brasil, Paraná (191, p. 58) aponta as características do povo brasileiro como os

[...] mais delicados sentimentos affectivos, pela lucidez intellectiva e pelo patriotismo. Pelo patriotismo sim, pois quando o symbolo dilecto da soberania nacional é menoscabado, além das fronteiras, este bello e louvavel predico chega às raias da excitação em caminho da desforra.

Em seu discurso, o autor considera que a afetividade e o patriotismo como as principais características do povo brasileiro. Salientando ainda que “o Brasil confia no amor e na dedicação de seus filhos” (PARANÁ, 1911, p. 58).

No entanto, é importante destacar que o período de publicação desta obra meava-se nas primeiras décadas da República, em um contexto de urbanização, de reformas educacionais, mudanças políticas e sociais. Logo, fazia-se necessário um ensino integrador, patriótico, para uniformidade das massas, em busca do desenvolvimento do país. Tendo em vista, que o aumenta-se processo de urbanização, o surgimento da tecnologia nas fabricas, que necessitavam de um trabalho qualificado para o manuseio das máquinas.

Com base em tais pressupostos, a Geografia assume um caráter ideológico, para o desenvolvimento da identidade nacional, assim como integração dos cidadãos no processo de desenvolvimento da nação.

Dessa forma, a escola ocupa o papel de viabilizadora de tais ideologias, no entanto, as disciplinas escolares consideradas como construtos sociais, difundem esses saberes, que consideramos parte integrante da cultura escolar.

Dessa forma, emerge a disciplina Geografia no currículo escolar, que especificamente, passa assumir em seu ideário a construção do nacionalismo e patriotismo.

### **Considerações Finais**

Os estudos desenvolvidos neste trabalho apontam resultados que sugerem reflexões importantes, sobre a utilização do livro didático enquanto objeto de estudo no campo da História da Educação. Em especial, no que se refere ao papel da metodologia dos conteúdos, presentes nas obras didáticas.

Seguindo essa perspectiva, o livro didático nos permite identificar os conteúdos ensinados em uma disciplina, assim como as metodologias de ensino e ideais ideológicos incumbidos nos conteúdos, como podemos evidenciar em nossas análises.

A partir das análises a obra “Os Estados da República”, foi possível conhecermos um pouco a maneira como a Geografia era ensinada no Brasil durante o período da primeira República. De maneira geral, a obra analisada apresenta conteúdos descritivos, mnemônicos, com a valorização dos aspectos físicos e políticos da Geografia. Sobre os aspectos físicos, é valorizada a descrição dos aspectos naturais. Já na parte política a ênfase é na economia, em que o autor aborda as fontes de riqueza em cada estado. Assim como os aspectos referentes à instrução pública.

Como inovações a obra apresenta tabelas com dados atuais à época de publicação, assim como a apresentação dos textos corridos, que são um diferencial.

Tendo em vista que alguns livros publicados nessa época ainda apresentavam os conteúdos em forma de perguntas e respostas.

Ainda referente às metodologias adotadas da obra, podemos perceber que o autor utilizou de um método didático que sequencia os conteúdos relacionados aos estados de acordo com o seu posicionamento no mapa, estabelecendo como critérios os Estados vizinhos. No entanto, percebemos que mesmo com utilização de métodos considerados inovadores para a época, o autor não consegue estabelecer uma metodologia que não estivesse pautada na memorização, pois ao apresentar um texto descritivo, a ênfase do autor é na apresentação de dados, datas, números, etc.

Portanto, consideramos que mesmo a obra sendo escrita em plena efervescência dos debates e críticas à memorização como centro do processo de ensino e aprendizagem. Não conseguem superar a memorização, que estava posta para a Geografia escolar em períodos anteriores e que se perpetua até os dias atuais nas práticas em sala de aula, como constatou Albuquerque (2011), em publicação que analisa um século de prática de ensino de Geografia (2011).

Entretanto, mesmo identificando mudanças e permanências na metodologia, ressaltamos o cuidado ao afirmar se houveram inovações ou não para a época. Tendo em vista que para afirmar com precisão faz-se necessário analisar outros livros, assim como estabelecer relações com os currículos propostos oficialmente ou pelas escolas do período. Além disso, é necessário conhecer o contexto histórico e tentar compreender como os debates difundidos sobre educação efetivamente eram incorporados por autores de livros didáticos.

Mediante a explanação dos trabalhos da pesquisa, podemos constatar que a utilização da temática referente à história as disciplinas escolares pode aludir uma amplitude de olhares e ramos de investigação. E que de fato os materiais didáticos, em especial o livro didático, muito além de elementos utilizados na transmissão de conhecimentos, se configuram em um celeiro de informações acerca das metodologias e práticas educativas para muitos pesquisadores envolvidos na perspectiva de construção da história com trabalhos reconhecidos nacionalmente e internacionalmente.

Contudo, salientamos que o estudo referente ao resgate histórico dos livros didáticos, como reveladores de uma cultura escolar, configura-se como um trabalho

intenso, por se tratarem de uma busca em acervos específicos de obras didáticas, já que existe uma carência de bibliotecas desse porte. Mas, o que acrescenta nossas dificuldades é o fato dessas obras pertencerem a tempos longínquos.

Tendo isso posto, nossas análises apontam que de fato, a utilização do livro didático como fonte de pesquisa nos permite conhecer as metodologias dos conteúdos, assim como evidenciar a ênfase dos discursos ideológicos. Em que podemos conhecer a maneira como o ensino era abordado na Primeira República.

#### **Fonte:**

PARANÁ, Sebastião. **Os Estados da Republica** – Para estudo nos Gymnasios e nas Escolas Normaes. Curitiba: Buzetti- Mori & Filhos, 1911.

#### **Referências Bibliográficas**

ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins de. A Geografia do Brasil nos Livros Didáticos Europeus do século XIX: o caso de Lições de Geografia do Abbade Gaultier. In. CARDOSO, Carlos de Amorim; KULESZA, Wojciech Andrzej (org). **A Escola e a Igreja nas Ruas da Cidade**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2010, pp 173-189.

\_\_\_\_\_. Ensino de Geografia: Livros Didáticos e Currículo. In. Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos Júnior et all (Org.). **Cultura, Educação, Espaço e Tempo**. Fortaleza: Universitária/ UFC, 2011, p 317-333.

\_\_\_\_\_. Um debate acerca da Origem da Geografia escolar no Brasil. ET all, **III Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico Encontro Nacional de Geografia Histórica**, Rio de Janeiro, 2012.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes. Um objeto variável e instável: textos, impressos e livros didáticos. In: ABREU, Márcia (Org). **Leitura, história e história da leitura**. Campinas-SP: Mercado das Letras, 1999, p. 529-575.

BERTOLINI, João Luís da Silva. **Sebastião Paraná - Um construtor da Educação**: Construção de um Imaginário na primeira República (1889-1930). Monografia defendida UFPR. Paraná: UFPR, 2000.

BITTECOURT, Circe Maria Fernandes. **Livro didático e conhecimento histórico**: uma história do saber escolar. Tese de doutorado defendida na FFLCH – USP. São Paulo: USP, 1993.

\_\_\_\_\_. O que é disciplina escolar? In: BITTECOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004, p. 33-55.

\_\_\_\_\_. **Livro didático e saber escolar (1810 – 1910)**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): A Revolução Francesa da Historiografia**. Tradução Nilo Odalia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

\_\_\_\_\_. **A Escrita da História: novas perspectivas**. Tradução Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

CAIMI, Flávia Eloísa. O livro didático: algumas questões. In: DIEHL, Astor Antônio (Org.). **O livro didático e o currículo de história em transição**. Passo Fundo: Ediupf, 1999.

CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. O Livro escolar como fonte de pesquisa em História da Educação. In: **Cadernos CEDES 5**, Cultura Escolar: história, práticas e representações. Campinas, 2000.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. In: **Teoria e Educação**. Porto Alegre-RS, 1990, nº 2, pp 177-229

CHARTIER, Roger. **História cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Brasil, 1990.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, v.30, n.3, set/dez 2004, p. 549-566.

FERREIRA, Joseane Abílio. **Os exercícios nos livros didáticos de Geografia no Brasil: mudanças e permanências (1880-1930)**. Dissertação (Mestrado em Educação). UFPB: João Pessoa, 2012.

GOODSON, Ivor F. Tornando-se uma matéria acadêmica: padrões de explicação e evolução. In: **Teoria e Educação**. Porto Alegre-RS, 1990. nº 2, pp. 230-254.

HAIDAR, Maria de Lourdes M. **O ensino secundário no império brasileiro**. São Paulo: EDUSP- Editora Grijalbo, 1972.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. Um apontamento para a História do manual escolar entre a produção e a representação. **Actas do I Encontro Internacional sobre manuais escolares: manuais escolares**: estatuto, funções, História. Braga: Universidade do Minho, 1999, pp. 279-301.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. **Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura**. Brasília: Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Básica, 2007.

MUNAKATA, Kazumi. Investigação acerca dos livros escolares no Brasil: das idéias a mentalidade. In: **Memória Del VI Cong. Iberoamericano de Historia de la**

**Educación Latino-americana (CD-ROM).** San Luis Potosí: El Colegio de San Luis, 2003.

OLIVEIRA, Itamar Freitas de. Livro didático de História: definições, representações e prescrições de uso. *In:* OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de; OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. **Livros didáticos de História: escolhas e utilizações.** Natal: EDUFRN, p.11-19, 2009.

PERES, Eliane; TAMBARA, Elomar (Orgs). **Livros Escolares e Ensino da Leitura e da Escrita no Brasil (séculos XIX-XX).** Pelótas: Seiva, 2003.

PINHEIRO, Antônio Carlos F. **Da Era das Cadeiras Isoladas à Era dos Grupos Escolares da Paraíba.** Campinas-SP: Autores Associados, 2002.

ROCHA, Genylton Odilon Rego da. **A trajetória da disciplina geografia no currículo escolar brasileiro (1839 – 1942).** Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação – PUC. São Paulo: digitalizado 1996.

SAVIANI, Dermeval. **História das Idéias Pedagógicas no Brasil.** 2ª ed. Campinas - SP: Autores associados, 2008. Coleção Memória da Educação.

SOUSA NETO, Manoel Fernandes. A Formação e o Exercício Profissional de Geografia antes da Institucionalização Universitário no Brasil. *In.* **Cultura, Educação, Espaço e Tempo.** Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos Júnior et all (Org.). Fortaleza: Universitária/ UFC, 2011, p 587-599.

SOUSA, Jéssica Gonçalo de; ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins. **A Província da Parahyba nos livros didáticos de geografia do ensino secundário (1870 – 1920).** Relatório final de pesquisa PIBIC. João Pessoa: UFPB, 2011; 2012.

VALDEMARIN, Vera Tereza e SOUZA, Rosa Fátima. Apresentação. *In:* **Cultura escolar: história, práticas representações.** 1ª Edição: Cadernos Cedes, 52: UNICAMP, São Paulo, 2000.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da Educação.** São Paulo: Ática, 2007.



# Anexos

## Cidades

### Zona do Littoral, catinga e agreste

*Parahyba*, com 30.000 habitantes, capital do Estado, fundada em 5 de Agosto de 1585, por João Tavares, que, auxiliado pelo índio Piragibe, conseguiu harmonizar-se com os *Tabajaras*, inimigos dos portugueses. Está situada sobre uma colina, que se estende até á margem do rio Sanhauá, em sua confluencia com o Parahyba, e dividida em *Cidade Baixa* e *Cidade Alta*. Para os lados do noroeste e occidente avista-se o bello panorama do valle do Parahyba, cingido ao longe por montanhas de vegetação virente. A cidade, com ruas largas e em sua maioria calçadas, possui linhas de bondes, tendo algumas praças arborizadas, como a Pedro Americo, a Vidal de Negreiros, a das Mercês, a do Dr. Alvaro Machado, a Sete de Setembro, o Jardim Publico, em frente ao Palacio do Governo. Está distante 18 kilometros do porto de Cabedello, com o qual se comunica pelo rio Parahyba e pela Estrada de Ferro Conde d'Eu, e 70 milhas do Recife.

*Mananguape*, situada a 36 kilometros do littoral, á margem do rio de seu nome, navegavel por embarcações de pouco calado. Seu municipio é fertil, rico de mangabeira e produz canna de assucar, algodão, milho, feijão, arroz, etc. Tem mesa de rendas e seu commercio é feito principalmente com o Recife.

*Itabayana*, á margem direita do Parahyba, distante 15 leguas da Capital, com lavoura de algodão, milho, mandioca, productos lactínicos e fabricas de xarque, que exporta para o vizinho Estado de Pernambuco. Esta cidade serve de ponto de feira para a venda de gados, dando-lhe isto grande importância commercial.

*Guarabira*, perto da serra da Borborena, com clima excellente. Não está sujeita aos rigores da secca, sendo por isto muito prospera.

### Zona do Brejo e baixo sertão

*Bananeyras*, na serra da Cupaôba, ramificação do Borborema. Seu municipio, pouco assolado pela secca, é fertil e produz tabaco, café, canna de assucar, milho, feijão, mandioca, arroz e immensa quantidade de fructas. A cidade está a 30 leguas da Capital, com a qual brevemente communicar-se-á por linha ferrea, já em construção.

*Areia*, linda cidade, a 700 metros sobre o nivel do mar, em um dos pontos altos da ramificação oriental da Borborema. Possui optimo clima e em seu municipio ha criação de gado e grande cultura de canna e numerosos engenhos para a fabricação do assucar.

Em Areia nasceram os distinctos pintores Aurelio de Figueiredo e Pedro Americo.

*Campina Grande*, considerada segunda cidade do Estado, situada na serra da Borborema e ligada a Itabayana por um ramal da Estrada de Ferro Conde d'Eu. E' o principal emporio commercial do interior do Estado.

### Zona do alto sertão

*Pombal*, situada á margem esquerda do rio Piancó, importande afluente do Piranhas.

*Souza*, situada em grande planicie, á margem esquerda do rio do Peixe, tributario do Piranhas. Está a 60 kilometros de Cajazeiras e 648 da Capital.

*Cajazeiras*, situada em terreno fertil, que se presta á cultura do algodão, do tabaco, do feijão, do milho, do arroz, etc.

*Patos*, á margem esquerda do rio das Espinharas, tributario da margem direita do Piranhas. Seu municipio é productivo e exporta muito algodão.

\*\*\*

O Estado da Parahyba possui as seguintes villas: Pedras de Fogo, Pilar, Ingá, Espirito Santo, Santa Ritta e Alagoa

**Industria fabril.**—Esta industria é representada pelo importante *Engenho Central S. João*, a que já me referi; pela grande *Fabrica de Fiação do Tibiry*, a 12 kilometros da Capital; pela fabrica de charutos e cigarros denominada *Morzenos* e situada a 18 kilometros da cidade de Bannearas; pela de mosuico, na Capital, onde tambem funcionam fabricas de sabão, velas, gelo, vinhos e licores de frutas, serrarias, etc.

**Industria extractiva.**—A manicoba e a mangabeira são productos espontaneos do fertil terreno parahybano e dão, especialmente a mangabeira, satisfactorios resultados. A fabricação do sal e a pesca tambem se levantam com symptonias de progredimento.

A extracção do oleo de sementes de algodão vai tomando grande desenvolvimento, dando bons resultados aos que se empregam nesse mister.

Na ilha do Tibiry, situada perto de Cabedello, existe uma fabrica de cimento, que está hoje decadente por falta apenas de um braço protector.

**Commercio.**—As transacções commerciaes da Parahyba são já activas e animadoras, contribuindo para isso as diversas linhas nacionaes e estrangeiras de navegação maritima, o caminho de ferro communicando-a com dois Estados limitrophes, e os bons estabelecimentos commerciaes da Capital.

Eis os principaes productos que o Estado exporta: assucar, algodão, gado, semente e oleo de algodão, couros e peles de cabra, borraça, cachaça, mamona, sal, queijo e muitos outros em menor porção.

**Viação.**—O transporte é feito pelo mar e pelo rio Parahyba, e tambem pela *Estrada de Ferro Conde d'Eu*, ligada á de *Natal a Nova Cruz*, no Rio Grande do Norte, attingindo o seu trasego de Cabedello ao extremo norte a 116 kilometros, e ao extremo sul a 103, ligando-se com a *Estrada de Ferro do Recife ao Limoeiro*, em Pernambuco.

O ramal de Mulungú a Alagoa Grande tem 24 kilometros de extensão.

A Estrada de Ferro Conde d'Eu foi resgalada pelo governo da União e arrendada, em 1.º de Janeiro de 1902, á Companhia Great Western, que, de conformidade com o contracto que assignou em 1904, construiu o ramal de Itabayana a Campina Grande, com 75 kilometros de extensão.

Esta via ferrea é a base do futuro desenvolvimento economico e industrial da Parahyba, na época em que penetrar nos altos sertões do Estado, onde existem terras excellentes e riquezas incalculaveis, fertil como é a zona sertaneja, onde o trabalho industrial é pouco compensador, em virtude da difficuldade e morosidade do transporte rotineiro.

A 12 de Outubro de 1907, foi aberto ao trafego a *Estrada de Ferro do Tambaú*, que é propriedade do Estado, communicando a Capital com a aprazivel praia de Tambaú, interessante logradouro e excellent ponto balneario.

**Instrucção publica.**—O poder publico do Estado bem se esforça para erguer a instrucção popular. Para isto estão espalhadas contenas de escolas de ensino primario, especialmente na Capital, onde funccionam o Lyceu Parahybano, creado pela lei de 24 de Março de 1836, as Escolas Normaes, uma para cada sexo; a Bibliotheca Publica, o Instituto Historico e Geographico, a Escola de Apprendizes Marinheiros, estabelecimento federal; diversos estabelecimentos de ensino particular, dentre os quaes se destaca o Instituto Maciel Pinheiro.

**População.**—O Estado da Parahyba tem uma população de 600.000 habitantes, segundo os melhores calculos recentemente feitos.

**Representação federal.**—E' o Estado representado no Congresso Federal por 3 senadores e 5 deputados

### Festa estadual

20 de Julho—Promulgação da Constituição do Estado.



## Parte Política

**Produção natural.**—O Estado da Parahyba possui ouro, cobre, ferro, estanho, salitre, crystal de rocha, carvão mineral, amiantho, cimento, topasio e muitos outros mineraes, todos por explorar. No municipio de S. João do Rio do Peixe existem duas fontes de agua mineral, com temperatura de 21o,5 a 32o,2.

A flora é rica. Existem alli madeiras de construcção, plantas uteis á medicina e á tinturaria, coqueirae, etc. A mangabeira cresce espontanea e abundantemente na região do Littoral, nos terrenos denominados *taboieiros*, e bem assim a carnaúba.

**Industria agrícola.**—A agricultura constitue a principal fonte de riqueza da Parahyba, e é representada em primeiro lugar pela cultura do algodão e da canna de assucar, que existe no Brazil desde 1516, ainda no reinado de D. Manoel I, o *Venturoso*.

É enorme a produção de canna de assucar, sendo em larga escala empregada no fabrico do assucar e do alcool, para o que existem centenaes de engenhos.

No valle do Parahyba, a 16 kilometros da Capital, está o *Engenho Central S. João*, pertencente á Companhia Assucarieira do Rio de Janeiro. É um estabelecimento importante, que pode moer 400 a 450 toneladas de canna em 24 horas, produzindo em igual tempo 48.000 kilogrammas de assucar.

A produção de alcool é de 5 a 6 pipas por dia.

No periodo de Junho de 1905 a Março de 1906, o referido Engenho produziu 3.360.000 kilogrammas de assucar de superior qualidade.

O plantio da canna é feito de accordo com os modernos preceitos agricomicos, sendo o producto transportado dos cannaviaes á fabrica por meio de uma linha ferrea de 22 kilometros de extensão.

A fabrica é toda illuminada a luz electrica e tem uma

completa officina de reparos, e um laboratorio chimico para analyses de caldos, xaropes, massas cosidas, assucar, aguas de lavagens e de condensação.

Para a instrucção dos operários e seus filhos a empresa mantém uma escola com aulas diurnas e nocturnas, existindo no perimetro do estabelecimento casas confortaveis para os operários.

Depois da cultura da canna de assucar segue-se a do algodão, tambem em grande escala. Na Capital funciona a Prensa a Vapor, destinada ao enfardamento do algodão em pluma, e que prepara 200 fardos diariamente.

Ha ainda a produção do tabaco, da mandioca, do milho, do arroz, do feijão, do café, do côco, etc.

**Industria pastoril.**—Está tambem muito desenvolvida a criação de gados na Parahyba, e mais prospera estaria ainda se não fossem as secas a que este Estado está sujeito periodicamente, como o Rio Grande Norte e o Ceará.

Esta industria é feita na zona do Sertão. Infelizmente ainda é tratada rudimentarmente, sem o emprego dos principios zootechnicos, que tanto concorrem para a valorização do producto. Todavia o gado bovino dá para o consumo do Estado e tambem para exportar em não pequena porção para Pernambuco.

Além do gado bovino, cavallar e mular, existe na Parahyba a criação do gado lanigero e caprino para a exportação de pelles, hoje feita em grande quantidade.

Os campos de criar são pingues e abundantes de fôrragens; mas infelizmente os fazendeiros criadores, pouco previdentes, não colhem e não armazenam o producto que a terra espontaneamente offerece e que seria empregado na alimentação do gado na época desastrosa das secas, tão frequentes no sertão.

O queijo é fabricado rotineiramente, sendo a produção sufficiente para o consumo do Estado e ainda para exportar para Pernambuco e Pará.

grete; as dos *Carirys Velhos*, baixo sertão, que se estende pela chapada, compreendendo os *Brejos*, e a do *Alto Sertão*, no valle do Piranhas.

**Clima.**—O clima da Parahyba, sujeita aos caprichos da natureza, é quente e secco, sendo nas serras muito ameno, e em alguns logares até frio.

As chuvas apparecem no littoral, de Março a Agosto, e no sertão, de Janeiro a Julho.

Este Estado é tambem um dos flagellados pela secca, que tanto embaraca as suas forças productoras.

A região do Brejo é pouco sujeita aos effeitos da secca, de modo a servir de celeiro das outras duas regiões.

**Oreógraphia.**—Depois da serra da *Borborema*, as mais dignas de nota são:

Ao sul, as de *Santa Catharina*, *Teixeira*, *Branca*, *Bonita*, *Cornoyó*, *Caturité*, *Bodopitá*, *Carirys Velhos*, *Moços*, *Jacararã*, *Jabitacá*, *Jabre* e *Cascavel*.

A sudoeste as do *Bonga*, ao noroeste as da *Areia* e do *Padre*.

Ao norte as de *Luiz Gomes*, *Commissario*, *Espinharas*, *Cuité*, *Araruna*, *Raiz*, *Furada*, *Boqueirão*, *Negra*, *Carneira*, *Mogiqui* e *Caxeixa*. *Pico*, sendo mais altas as do *Pico*, *Caturité*, *Jabre* e *Jacararã*.

**Acrotericógraphia.**—Está neste Estado o cabo *Branco*, considerado como a ponta mais oriental, não só do Brazil como da peninsula sul-americana. Mas, a falar a verdade, não se conhece ainda ao certo qual seja ella: uns dizem que é a *Ponta das Pedras*, no Estado de Pernambuco, outros que rem que seja o cabo *Branco*, dizendo ainda outros que é a ponta de *Tambubú*, situada na Parahyba, 10 milhas ao sul do referido cabo, ou 13 1/2 ao norte do rio Goyanna.

**Celipoégraphia.**—Este Estado tem portos maritimos e fluvias. Daquelles é mais importante o de *Cabelello*, na foz do rio Parahyba. Este porto é assignalado pelo pharol da *Pedra Secca*. A povoação de *Cabelello* communica-se com a

Capital por meio de navegação fluvial e pela Estrada de Ferro Conde d'Eu.

A 16 kilometros ao sul da barra do rio Camaratuba está a bahia da *Traição*, onde se acha o povoado do mesmo nome.

O porto de *Maranguape* serve á cidade do mesmo nome, e está a 36 kilometros distante do littoral.

**Potameógraphia.**—O rio mais importante é o *Parahyba*, que dá o nome ao Estado. Nasce na serra de *Jabitacá* com o nome de rio do Meio, por estar entre o rio da Serra e o *Sucuriú*, e desagua no Atlantico, formando o porto de *Cabello*. O seu curso é de cerca de 450 kilometros. Seus principaes afluentes da margem esquerda são o S. Miguel, o *Taperoá*, o *Bodocongó*, o *Ingá* e o *Gurinhem*.

O *Piranhas*, que nasce na vertente da serra do *Bonga*, districto de S. José de *Piranhas*, banha a villa deste nome, entra no Estado do Rio Grande do Norte, onde se lança no oceano com o nome de *Assú*. Recebe pela margem esquerda o S. João, o rio do *Peixe*, e pela direita o *Piancó*, o rio das *Espinharas* e o *Seridó*, que banha tambem o vizinho Estado do Rio Grande do Norte. O referido rio *Piancó* é extenso e nasce na serra da *Conceição*, divisa de Pernambuco; banha as villas da *Conceição* e *Misericórdia* e a cidade do *Pombal*.

O *Mamanguape* nasce na lagoa *Salgada*, na comarca de *Campina Grande*, corre do occidente para o oriente até entrar no Atlantico.

O *Camaratuba* corre em direcção parallela ao *Mamanguape* e entra no oceano, tendo um curso de 15 leguas.

Além dos mencionados, existem ainda o *Guajú*, na fronteira septentrional; o *Guyanna*, na fronteira meridional; o *Curimatá*, que nasce neste Estado e entra no do Rio Grande do Norte, onde desagua no oceano.



vaccum, 15.000 de gado caprino, 12.000 de gado lanigero, 6.000 de gado cavallar e 2.000 de gado suino.

Nos invernos regulares fabrica-se grande quantidade de queijo e manteiga, que são exportados para o Pará, Amazonas, Pernambuco e Rio de Janeiro, avaliando-se em cem contos de réis o valor da produção lacticinia.

*Jardim do Seridó*, situada á margem esquerda do rio Seridó.

*Apody*, situada na zona do alto sertão, em uma collina arenosa, á margem esquerda do rio de seu nome e na parte septentrional da lagoa do Apody. E' a cidade mais central do Estado. Della se descortina bellissimo panorama, formado ao longo por diversas serras.

O municipio tem grandes carnaúbaes e mais de 60 fazendas de criação de gados, hoje diminuida em consequencia da secca de 1903.

Exporta gado de diferentes especies, queijo, tabaco, carne secca, couros salgados, pelles de cubra, pennas de emas, algodão em plumas, cera, chapéos, etc. Os terrenos são fertilissimos, especialmente os da serra do Apody, situada a uma legua da cidade.

*Martins*, situada na serra do mesmo nome. Ha no municipio grande criação de gado vaccum, cavallar, caprino e suino, espalhada em 220 fazendas de criar.

Os principaes productos da lavoura são: algodão, canna de assucar, mandioca, milho e feijão.

\*\*

O Estado do Rio Grande do Norte possui as seguintes villas: Touros, S. Gonçalo, Taipú, Papary, Arez, Goianinha, Villa Nova, Santo Antonio, Nova Cruz, Angicos, Jardim, Sant' Anna do Mattos, Augusto Severo, ex-villa do Triumpho, Areia Branca, Arary, Curraes Novos, Flores, Santa Cruz, Serra Negra, Caraubas, Port' Alegre, Patú, Pau dos Ferros, Luiz Gomes, S. Miguel.

# PARAHYBA

## PARTE PHYSICA

**Limites.**—O Estado da Parahyba do Norte confina:

Ao norte com o Estado do Rio Grande do Norte;

A leste com o Atlantico;

Ao sul com Pernambuco, separado pelo rio Goyanna;

A oeste com o Ceará, do qual está o Estado da Parahyba separado pela serra do Bonga, contraforte da serra do Araripe, que divide as aguas do rio Piranhas das do Jaguaribe, no Ceará.

O rio Guajú separa em parte a Parahyba do Rio Grande do Norte; mas pode-se dizer que os limites entre os referidos Estados são convencionaes e ainda não bem definidos, formando ambos geographicamente uma só região, tendo em commum diversos rios e serras.

**Superficie.**—O Estado da Parahyba tem 111.078 kilometros quadrados.

**Aspecto physico.**—O terreno é em geral accidentado, prendendo-se as suas serras a um unico systema—o da Borborema, que o atravessa, dividindo-o em tres regiões distinctas: a do *Littoral*, abrangendo as terras das catingas e a-

Art. 11.—Ficam encarregados da execução deste decreto, na parte que a cada um pertença, os secretários d'Estado das diversas repartições ou ministerios do actual governo provisório.

Rio de Janeiro, 15 de Novembro de 1889.

*Marchal Manoel Deodoro da Fonseca, chefe do governo provisório.—Aristides Lobo.—Ruy Barbosa.—Quintino Bocayuva.—Benjamin Constant.—Wanderkolk.*

\* \*

Sabendo em Petropolis do que se passava na Capital do paiz, na manhã de 15 de Novembro, D. Pedro II partiu sem demora para a cidade do Rio de Janeiro, onde chegou ás duas horas da tarde.

No dia 16 o Governo Provisorio dirigiu ao ex-imperador, preso e incommunicavel no paço da cidade, a seguinte mensagem:

«Senhor.—Os sentimentos democraticos da nação, ha muito tempo preparados, mas despertados agora pela mais nobre reacção do caracter nacional contra o systema de violencia, de corrupção, de subversão de todas as leis exercidas num grau incomparavel pelo ministerio 7 de Junho, (1) a politica systematica de attentados do governo imperial nestes ultimos tempos, contra o exercito e a armada, politica odiosa á nação e profundamente repellida por esta, o esbulho dos direitos dessas duas classes que, em todas as épocas, têm sido entre nós a defesa da ordem, da constituição, da liberdade e da honra da patria, a intenção manifestada nos actos de vossos ministros e confessada na sua imprensa, de dissolver-as

(1) Este ministerio compunha-se dos seguintes cidadãos:

Visconde de Ouro Preto—Ministro da Fazenda e Presidente do Conselho.

Senador Candido de Oliveira—Ministro da Justica.

Visconde de Maracajú—Ministro da Guerra.

Barão de Lordeo—Ministro do Interior.

Conselheiro Diana—Ministro dos Estrangeiros.

Barão de Loderio—Ministro da Marinha.

Conselheiro Lourenço de Albuquerque—Ministro da Agricultura.

e aniquilal-as, substituindo-as por elementos de corrupção official, que foram sempre, entre nós, objecto de horror para a democracia liberal;—determinaram os acontecimentos de hontem, cujas circumstancias conheceis, e cujo caracter decisivo certamente podeis avaliar.

«Em face desta situação, pesa-nos dizer-vol-o, e não o fazemos senão em cumprimento do mais custoso dos deveres, a presença da familia imperial no paiz, ante a nova situação que lho criou a revolução irrevogavel do dia 15, seria absurda, impossivel e provocadora de desgostos, que a salvação publica nos impõe a necessidade de evitar.

«Obedecendo, pois, ás exigencias urgentes do voto nacional, com todo o respeito devido á dignidade das funcções publicas que acabais de exercer, somos forçados a notificar-vos que o governo provisório espera de vosso patriotismo o sacrificio de deixardes o territorio brasileiro, com vossa familia no mais breve praso possivel. Para esse fim se vos estabelece o praso maximo de 24 horas, que contamos não tentareis exceder.

«O transporte vosso e dos vossos para um porto da Europa correrá por conta do Estado, proporcionando-vos para isso o governo provisório um navio com a guarnição militar precisa, effectuando-se o embarque com a mais absoluta segurança da vossa pessoa e de toda a vossa familia, cuja commodidade e saude serão zeladas com o maior desvelo na travessia, e continuando-se a contar-vos a dotação que a lei vos assegura, até que sobre este ponto se pronuncie a proxima Assembléa Constituinte.

«Estão dadas todas as ordens afim de que se cumpra esta deliberação.

«O paiz conta que sabereis imitar na submissão aos seus desejos o exemplo do primeiro imperador, a 7 de Abril de 1831.

«Rio de Janeiro, 16 de Novembro de 1889.

*Marchal Deodoro da Fonseca.»*



«Marechal Manoel Deodoro da Fonseca—chefe do governo provisório.

«Aristides da Silveira Lobo—ministro do interior.

«Ruy Barbosa—ministro da fazenda e interino da justiça.

«Tenente-coronel Benjamin Constant Botelho de Magalhães—ministro da guerra.

«Chefe de esquadra Eduardo Wandenkolk—ministro da marinha.

«Quintino Bocayuva—ministro das relações exteriores e interinamente da agricultura, commercio e obras publicas.»

Tomaram depois conta de suas pastas os Srs.:

Dr. Manoel Ferraz de Campos Salles—ministro da justiça.

Dr. Demétrio Ribeiro—ministro da agricultura, commercio e obras publicas.

Criada posteriormente a pasta da instrução publica, com os reiros o telegraphos, passou a occupar-a o General Benjamin Constant, sendo nomeado o Tenente-general Floriano Peixoto para dirigir a pasta da guerra.

No mesmo dia da proclamação da Republica foi assignado o seguinte:

**Decreto n. 1**—de 15 de Novembro de 1889.

Art. 1.—Fica proclamada provisoriamente e decretada como forma de governo da nação brasileira—a Republica Federativa.

Art. 2.—As provincias do Brazil, reunidas pelo laço da federação, ficam constituindo os Estados Unidos do Brazil.

Art. 3.—Cada um desses Estados, no exercicio de sua legitima soberania, decretará opportunamente a sua constituição definitiva, elegendo os seus corpos deliberantes e os seus governos locais.

Art. 4.—Enquanto pelos meios regulares, não se proceder á eleição do Congresso Constituinte do Brazil, e bem assim á eleição das legislaturas de cada um dos Estados, será regida a nação brasileira pelo governo provisório da Republica; e os novos Estados pelos governos que hajam proclamado ou,

na falta destes, por governadores delegados do governo provisório.

Art. 5.—Os governos dos Estados federados adoptarão com urgencia todas as providencias necessarias para a manutenção da ordem e da segurança publica, defesa e garantia da liberdade e dos direitos dos cidadãos, quer nacionaes, quer estrangeiros.

Art. 6.—Em qualquer dos Estados, onde a ordem publica for perturbada, e onde faltem ao governo local meios efficazes para reprimir as desordens e assegurar a paz e tranquillidade publicas, effectuará o governo provisório a intervenção necessaria para, com o apoio da força publica, assegurar o livre exercicio dos direitos dos cidadãos e a livre acção das autoridades constituídas.

Art. 7.—Sendo a Republica Federativa Brasileira a forma de governo proclamada, o governo provisório não reconhece nem reconhecerá nenhum governo local contrario a forma republicana, aguardando, como lhe cumpre, o pronunciamento definitivo do voto da nação, livremente expressado pelo suffragio popular.

Art. 8.—A força publica regular, representada pelas tres armas do exercito e pela armada nacional, de que existam guarnições ou contingentes nas diversas provincias, continuará subordinada e exclusivamente dependente do governo provisório da Republica, podendo os governos locais, pelos meios ao seu alcance, decretar a organização de uma guarda civica destinada ao policiamento do territorio de cada um dos novos Estados.

Art. 9.—Ficam igualmente subordinadas ao governo provisório da Republica todas as repartições civis e militares, até aqui subordinadas ao governo central da nação brasileira.

Art. 10.—O territorio do Municipio Neutro fica provisoriamente sob a administração immediata do governo provisório da Republica, e a cidade do Rio de Janeiro constituída, tambem provisoriamente, sede do poder federal.



Scientes do movimento, os vereadores se reuniram no Paço Municipal, sob a presidência do Dr. Ferreira Nobre. Cerca das 3 horas da tarde, numeroso grupo de cidadãos, dando ruidosos vivas à Republica, alli penetrou, levando á frente os Srs. José do Patrocínio, então vereador, João Clapp, Dr. Anibal Falcão, Dr. Luiz Murat, Dr. Campos da Paz, Olavo Bilac, Dr. Pardal Mallet, e outros.

No Paço Municipal, os mais exaltados tentaram inutilizar os retratos da familia imperial, o que não o fizeram, a pedido do Dr. Lopes Trovão.

Em seguida foi votada a seguinte representação:

«Exmos. Srs. representantes do exercito e da armada nacionaes.—Temos a honra de comunicar-vos que, depois da gloriosa e nobre resolução que *ipso facto* depoz a monarchia brasileira, o povo, por órgãos espontaneos e pelo seu representante legal nesta cidade, reuniu-se no edificio da Câmara Municipal, e, na fôrma da lei ainda vigente, proclunou como nova fôrma de governo no Brazil a Republica.

«Attendendo ao que, os abaixo assignados esperam que as patrioticas classes militares sancionem a iniciativa popular, fazendo immediatamente decretar a nova fôrma republicana do governo nacional.»

Votada a representação supra, orou o Dr. Silva Jardim, um dos mais sinceros e fervorosos evangelizadores da Republica, que, victoriosa, não se mostrou agradecida ao digno tribuno que tanto se sacrificou em a propaganda.

No mesmo dia 15 de Novembro o Governo Provisorio publicou a seguinte:

### Proclamação

«Concidadãos.—O povo, o exercito e a armada nacional, em perfeita communhão de sentimentos com os nossos concidadãos residentes nas provincias, acabam de decretar a deposição da dynastia imperial, e conseguintemente a extinção do systema monarchico-representativo.

«Como resultado immediato desta revolução nacional, de caracter essencialmente patriotico, acaba de ser instituido um governo provisorio, cuja principal missão é garantir com a ordem publica a liberdade e os direitos dos cidadãos.

«Para comporem esse governo, enquanto a nação soberana, pelos seus órgãos competentes, não proceder a escolha do governo definitivo, foram nomeados pelo chefe do poder executivo da nação os cidadãos abaixo assignados.

«Concidadãos.—O governo provisorio, simples agente temporario da soberania nacional, é o governo da paz, da liberdade, da fraternidade e da ordem.

«No uso das attribuições e faculdades extraordinarias de que se acha investido, para defesa da integridade da patria e da ordem publica, o governo provisorio, por todos os meios ao seu alcance, promette e garante a todos os habitantes do Brazil, nacionaes e estrangeiros, a segurança da vida e da propriedade, o respeito aos direitos individuaes e politicos, salvas, quanto a estes, as limitações exigidas pelo bem da patria, e pela legitima defesa do governo proclamado pelo povo, pelo exercito e pela armada nacional.

«Concidadãos.—As funções da justiça ordinaria, bem como as funções da administração civil e militar continuarão a ser exercidas pelos órgãos até aqui existentes, com relação aos actos na plenitude dos seus effeitos; com relação ás pessoas, respeitadas as vantagens e os direitos adquiridos por cada funcionario.

«Fica, porém, abolida, desde já, a vitaliciedade do senador, e bem assim abolido o conselho d'Estado. Fica dissolvida a camara dos deputados.

«Concidadãos.—O governo provisorio reconhece e acata todos os compromissos nacionaes contrahidos durante o regimen anterior, os tratados subsistentes com as potencias estrangeiras, a divida publica externa e interna, os contractos vigentes e mais obrigações legalmente estatuidas.

Grande, na *Zona do Littoral*; Misericórdia, Conceição, S. João do Rio do Peixe, S. José de Piranhas, Catolé do Rocha, Piancó, Brejo do Cruz e Santa Luzia do Sabugy, na *Zona do alto sertão*; e Araruna, Alagoa Nova, Cuité, Picuhy, Serraria, Solderdade, Fagundes, Umbuzeiro, Cabaceiras, Barra de S. Miguel, S. João do Cariry, Alagoa do Monteiro, Teixeira, Batalhão e Princeza, na *Zona do Brejo e baixo sertão*.



# PERNAMBUCO

## PARTE PHYSICA

**Limites.**—Pernambuco tem por limites :

Ao norte os Estados da Parahyba e Ceará ;

A leste o Atlantico ;

Ao sul os Estados de Alagoas e Bahia ;

A oeste o Estado do Piahy.

**Superficie.**—O Estado tem de superficie 123.395 kilometros quadrados.

**Aspecto physico.**—O terreno é montanhoso. Segundo o Dr. Pedro Vicente de Azevedo, cujas palavras aqui reproduzo, está dividido em tres regiões distinctas, que proporcionam elementos proprios para todo o genero de cultura peculiar a qualquer região do globo.

A primeira região, denominada da *Matta*, occupa a parte oriental do Estado e estende-se de 40 a 60 kilometros para o interior, com 72 de largura. É fertilissima, accidentada e regada pelas aguas do Capibaribe, Ipojuca, Una, Capibaribe-mirim, Pirapama, Jaboatão, Serinhãem e outros.

A segunda região chamada *Agreste*, caracteriza-se não só pela constituição do solo, que é mais arenoso que o da *Matta*,